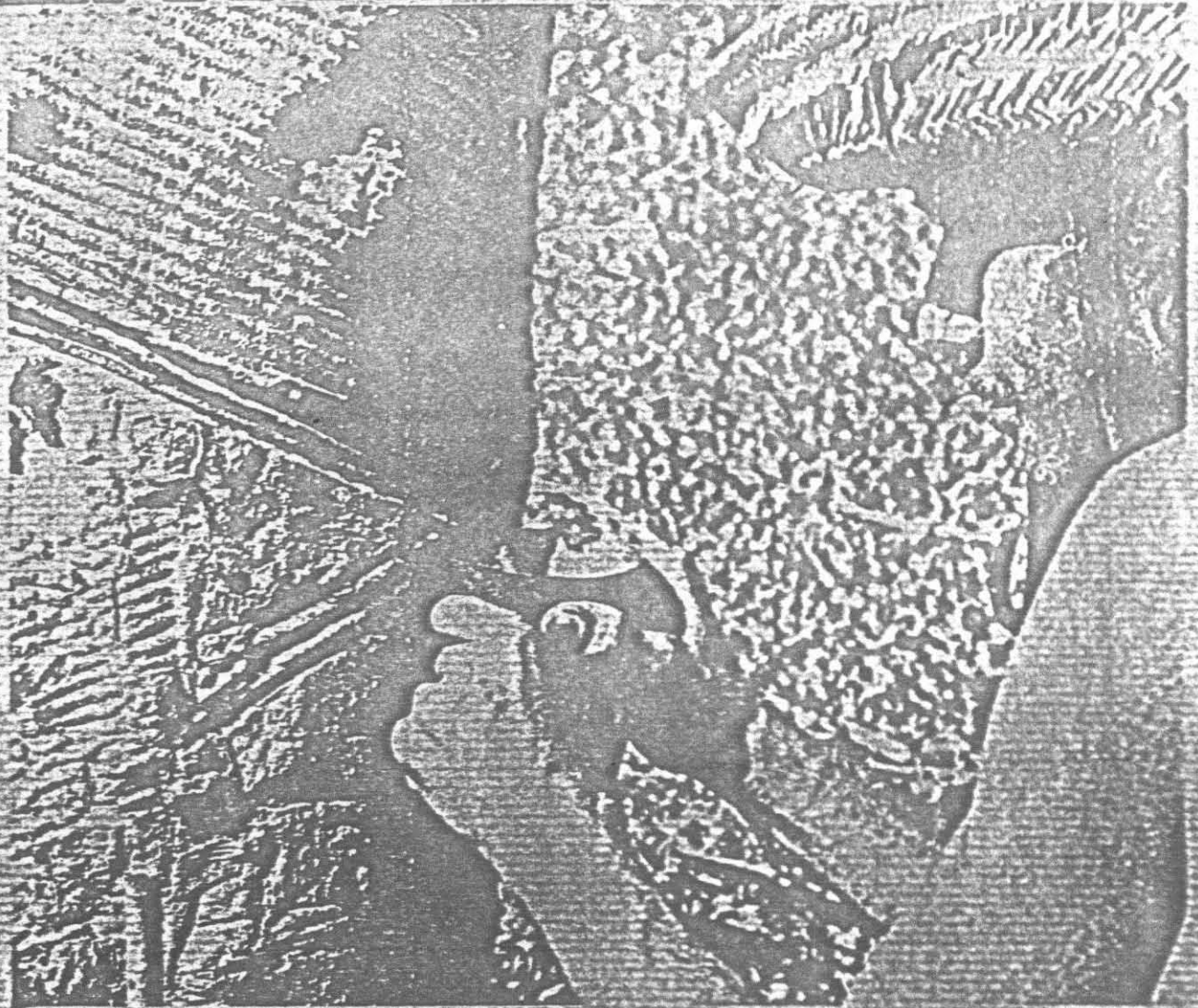


RESERVAS EXTRATIVISTAS



Uma Proposta
de Desenvolvimento da
Floresta Amazônica

Mary Helena Allegretti

Jan/1987

MARY HELENA ALLEGRETTI

RESERVAS EXTRATIVISTAS
UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO
DA FLORESTA AMAZÔNICA

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS - IEA
RUA: ITUPAVA, 1220
80.040 CURITIBA PARANÁ

1987

TRABALHO APRESENTADO AO
PRÊMIO NACIONAL DE ECOLOGIA

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVI-
MENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

INDICE

1	AMAZÔNIA EXTRATIVISTA	5
2	O USO DA FLORESTA	11
3	DO CATIVEIRO À LIBERDADE	22
4	RESERVA EXTRATIVISTA	43
5	O DESENVOLVIMENTO DA FLORESTA	60
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	75
	ANEXOS	78

Existe no Brasil um fenômeno peculiar e desconhecido, tanto por parte de pesquisadores quanto pelo grande público, que ocorre na Amazônia. Uma população pobre, vivendo há mais de um século subordinada a relações quase servis de trabalho, levanta-se, todos os anos, contra o desmatamento da floresta.

Contrariando a idéia de que os movimentos de defesa do meio ambiente ocorrem nos países industrializados e entre segmentos sociais com maior acesso à informação, essa população, que raramente frequentou uma escola, reivindica para si o qualificativo de conservacionista.

Esse movimento social surgiu na década de 70, no Acre, por iniciativa exclusiva de seus participantes e ocorre ainda hoje, em uma época certa do ano, maio e junho, no começo do verão amazônico. Quando têm início as picadas na mata, que antecedem os desmatamentos, eles reúnem companheiros de trabalho, familiares, mulheres e crianças e vão, pacificamente, procurar aqueles que estão desmatando a floresta, os peões contratados. Conversam. Pedem para que a mata não seja derrubada. Convencem. Depois buscam apoio nas autoridades governamentais.

Uma árvore, em especial, eles não querem cortada: a seringueira. Porque dependem dela para sobreviver. Outra árvore, protegida por lei, eles também querem conservada: a casta-

nheira. Porque dela se alimentam.

São os *seringueiros*. E o movimento é por eles denominado de *empate*. Empatar, no linguajar amazônico, quer dizer impedir. *O empate às derrubada. O embargo aos desmatamentos.* Essa é a denominação dada a um movimento social inédito, desconhecido fora dos lugares onde ocorre.

Sua peculiaridade não está na conotação ambiental e ecológica que assume aos nossos olhos, mas sim na sua lógica interna. Essa população tem na floresta sua fonte principal de subsistência. E é por isso que procuram impedir o desmatamento.

Para as populações extrativistas, a floresta é um recurso produtivo e um bem econômico: por isso eles a preservam. E dessa forma colocam-se em confronto com os novos agentes econômicos que hoje chegam na Amazônia, para os quais o recurso produtivo é a terra, e a floresta um obstáculo a ser removido. O seringueiro conserva a floresta porque dessa forma assegura sua própria reprodução.

Até pouco tempo atrás esse movimento repercutia unicamente contra seus próprios empreendedores. Consistia em mais um dos inúmeros conflitos que marcam a história dessas populações florestais. Isso porque não se atribuía a seus protagonistas a condição de cidadão.

Somente em 1985 eles tiveram oportunidade de falar a respeito de si mesmos para a sociedade brasileira, quando do primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. Dos 130 que participaram, a maioria absoluta nunca havia antes saído da floresta.

Com uma capacidade analítica que talvez possa ser explicada pela reflexão solitária que fazem cotidianamente na

mata, os seringueiros apresentaram, naquela ocasião, uma proposta tão peculiar quanto o movimento contra os desmatamentos - a criação de *Reservas Extrativistas*.

Reserva Extrativista, segundo essa concepção, é a regularização fundiária de áreas historicamente ocupadas por eles - uma população que se utiliza de produtos florestais para subsistência e comercialização, de forma compatível com as características do ecossistema amazônico. Aspecto fundamental dessa concepção é o fato de que a Reserva não consiste em um projeto de assentamento, nem sua área seria dividida em lotes individuais. Ao contrário, pretende-se a regularização da forma atual de ocupação de floresta, a partir das unidades de produção por eles denominada de *colocações*.

O trabalho aqui apresentado elabora essa proposta e apresenta sua justificativa segundo um conjunto de argumentos históricos, econômicos, sociais e ecológicos.

O conceito de Reserva Extrativista expressa uma proposta de desenvolvimento dos recursos florestais ao mesmo tempo em que garante, da maneira mais eficaz, sua conservação. Não significa, por outro lado, a cristalização da forma atual como essa utilização se dá. Ao contrário, representa uma alternativa para a introdução de novas tecnologias, para a aplicação de resultados de pesquisas que vêm sendo feitas por órgãos especializados em florestas tropicais e para a melhoria do padrão geral de vida das populações extrativistas através de programas sociais específicos.

Durante a semana de 19 a 23 de janeiro deste ano, uma comissão de seringueiros e índios, através de seus órgãos representativos, o Conselho Nacional dos Seringueiros e a União

das Nações Indígenas/Regional Norte, tiveram a oportunidade de discutir esses argumentos nos órgãos públicos de Brasília. Suas idéias têm sido aceitas e uma comissão especial será criada junto às instituições fundiárias para estudar essa questão.

O apoio que essa proposta vem tendo a nível internacional, no entanto, é bastante mais significativo do que entre as instituições públicas nacionais. A validade dessa iniciativa como a idéia mais adequada para garantir a conservação dos recursos florestais da Amazônia e simultaneamente possibilitar um desenvolvimento ecológico e socialmente adequado já foi atestada pelas seguintes instituições: World Wildlife Fund; Environmental Defense Fund; United Nations Environmental Programme; Survival International; Banco Mundial; Banco Interamericano de Desenvolvimento; National Wildlife Federation; Sierra Club; Natural Resources Defense Council. Revista da IUCN - International Union for Conservation of Nature and Natural Resources publicou matéria a respeito em sua edição de janeiro/março de 1986, assim como a edição do The Economist de maio e do jornal New York Times de 18 de novembro do mesmo ano.

A criação de Reservas Extrativistas depende de decisão governamental. Em um nível, para que seja estabelecida a legislação adequada a esse tipo de manejo dos recursos florestais. Em outro nível, para que seja possível iniciar a etapa executiva da proposta.

Para que isso ocorra é necessário que a proposta adquira legitimidade junto à comunidade científica nacional. É com esse objetivo que estamos nos candidatando ao Prêmio Nacional de Ecologia, porque entendemos estar essa iniciativa enquadrada nos requisitos que o regulamentam; este é simultaneamente

"um trabalho de pesquisa e uma obra comprometida com a conservação da natureza e a preservação do meio ambiente".

Entendemos a floresta amazônica como uma riqueza em si mesma, e nos propomos a encontrar formas adequadas de desenvolvê-la, visando com isso não somente a manutenção de um equilíbrio ecológico necessário para a região, mas, também, justiça social para as populações que a ela conseguiram se adaptar.

Embora assinado por uma pessoa e encaminhado por uma instituição, o estudo aqui apresentado resulta de um esforço coletivo de organizações não-governamentais citadas abaixo e envolvidas, há muitos anos, com trabalhos de pesquisa e defesa da Amazônia.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS
UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS
COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE XAPURI - ACRE
CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA - ACRE
GRUPO DE AÇÃO E PESQUISA ORIENTADAS PARA REGIÕES EXTRATIVISTAS - RONDÔNIA
MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE DE CARAUARI - AMAZONAS
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CARAUARI - AMAZONAS
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVO ARIPUANÁ - AMAZONAS
INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS - IEA

A referência a estas instituições não as responsabiliza pelas idéias contidas no trabalho. São de inteira responsabilidade da autora.

1 AMAZÔNIA EXTRATIVISTA

O desenvolvimento da Amazônia apoiou-se, no passado, no aumento das exportações de um de seus produtos nativos, com excepcional presença no mercado - a borracha extraída da seringueira [*Hevea Brasiliensis*]. De forma cíclica, outros produtos, como a castanha, marcaram importante posição na pauta de exportações. A estrutura social regional consolidou-se a partir da formação dos seringais como empresas extrativas de borracha, articuladas em torno de duas figuras sociais centrais - seringueiros e seringalistas.

A perda de importância econômica desse tipo de produto, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, modificou a realidade regional. Se antes todas as atividades, em maior ou menor grau, estavam articuladas ao extrativismo gomífero, depois, através de um processo de fragmentação, a população regional passou a depender de um conjunto de atividades agrícolas e extrativistas diversificadas com vínculos intermitentes com o mercado.

Se, historicamente, a vida social e econômica regional esteve associada diretamente a um produto extrativo e ao seu peso relativo no mercado nacional ou internacional, nos anos mais recentes diversos produtos extrativos combinados passaram a fazer parte da economia local.

As estatísticas oficiais apontam um conjunto de 37 produtos extrativos com significação na região norte: frutos,

amêndoas, fibras, gomas, óleos, etc. Quatro dentre eles se destacam em termos de volume e valor da produção, em 1980: açaí, castanha, borracha, e palmito (ver quadro em anexo). A seleção de 16 dos mais importantes produtos significou, em termos de valor, o total de US\$ 75,198 milhões dólares, em 1980.

Embora imprecisos, os dados do Censo Demográfico, apresentados a seguir, permitem uma visão global da população ocupada em atividades florestais na Amazônia Legal.

O principal limite com relação a estes dados refere-se ao fato de que, na Amazônia, as populações que dependem da floresta para sobreviver realizam uma combinação entre agricultura de subsistência, coleta, caça, pesca e transformação de produtos extrativos variados. Pelos critérios do Censo, essa combinação não é captada, uma vez que se refere à atividade principal.

Considerando uma média de 5 pessoas por família, pode-se afirmar que dependem de atividades florestais para sobreviver na Amazônia um total de 1.520.115 pessoas. Isso significa 32.39% da população rural da região.

Esses dados, no entanto, são aproximados. Parcela significativa da população rural da Amazônia que migrou para as cidades nos últimos anos mantém vínculos econômicos com a floresta, dependendo dela para sobreviver, através do trabalho de membros da família que lá permaneceram. Colonos que migraram do sul do país para áreas de colonização passaram a obter, não raro, uma parcela significativa da sobrevivência através do trabalho extrativo que, diferentemente dos produtos agrícolas, não apresenta dificuldades de escoamento. Tudo isso sem considerar que a população indígena da região Norte, que não apare-

ce nas estatísticas oficiais, um conjunto aproximado de 120.000 pessoas, também tem nas atividades extrativas a base de sua subsistência.

POPULAÇÃO OCUPADA NA PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL E ANIMAL. AMAZÔNIA LEGAL, 1980. PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO BRASIL

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	BRASIL	AMAZÔNIA LEGAL	%
TRABALHADORES FLORESTAIS			
Madeireiros	47.637	24.091	50.57
Lenhadores	40.106	2.603	6.49
Carvoeiros	39.185	2.063	6.49
Seringueiros	71.054	69.176	97.36
Ervateiros	2.068	27	1.31
Apanhadores, Quebradores e Descascadores de Produtos Vegetais	176.118	139.211	79.04
Total Parcial	376.168	237.171	63.05
CAÇADORES E PESCADORES			
Caçadores	520	152	29.23
Pescadores	173.055	66.700	38.54
Total Parcial	173.575	66.852	38.51
TOTAL GERAL	549.743	304.023	55.30

FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico - Mão de Obra, 1980.

Analisando os dados presentes na tabela, observa-se que a maior parcela dos trabalhadores florestais da Amazônia é

formada por apanhadores, quebradores e descascadores de produtos vegetais, localizados principalmente na Prê-Amazônia Maranhense, ocupados com a "quebra do côco de babaçu", população formada quase exclusivamente por mulheres representando 58,6% do total ocupado na extração vegetal. Em segundo lugar estão os seringueiros, cuja participação no total da população ocupada na atividade extrativa vegetal é de 28,1%. Em terceiro lugar estão os madeireiros com 10,1% do total.

Considerando a participação no total da população florestal do Brasil, são as mesmas categorias as mais significativas, ou seja, seringueiros, quebradores e madeireiros. Incluindo a população ocupada na produção extrativa vegetal e animal, eles representam 55,30% do total do Brasil.

Esses dados são significativos para demonstrar a idéia de que há, na Amazônia, uma população ocupada em atividades florestais que precisa ser melhor conhecida e estudada. Em nenhum momento, porém, os planos oficiais para a região levaram isso em consideração.

Muitos dos conflitos surgidos na região na última década derivam do confronto entre dois modelos de ocupação: um, pautado em atividades agropecuárias e colonização e outro, originado no passado da região, baseado na exploração dos produtos florestais.

Embora desconhecidos pela maioria da população brasileira e pelos órgãos governamentais, os trabalhadores extrativistas têm procurado se manifestar a respeito do futuro da região assim como as comunidades indígenas. E desse ponto de vista, os conceitos de desenvolvimentos diferem daqueles entendidos como os mais apropriados para a região.

Para os Índios, desenvolvimento significa garantia do território; autonomia na utilização dos recursos nele existentes, inclusive das riquezas minerais; direito à manutenção da identidade étnica; inserção econômica e social na sociedade regional e nacional em igualdade de condições; e liberdade de expressão cultural e religiosa. Esse é o modelo indígena de desenvolvimento para a Amazônia.

Para os extrativistas, especialmente os seringueiros, os propósitos são, em grande parte, semelhantes: garantia das áreas que ocupam para a exploração do látex, chamadas *colocações* sem transformá-las em lotes individuais como ocorre nos projetos de colonização; acesso ao conjunto de recursos naturais existentes nessas áreas; acesso à tecnologia e aos meios modernos de aumento da produtividade nas atividades extrativas e agrícolas; acesso à educação e respeito à sua cultura; atendimento à saúde para todos os que moram na floresta.

Esse conjunto de proposições aponta para um modelo de desenvolvimento da região amazônica que utilize de forma racional os recursos florestais. Para isso é necessário conhecer a maneira como o espaço da floresta é utilizado nas atividades extrativistas e a história, até então oculta, de seus principais personagens. São os itens apresentados a seguir.

2 O USO DA FLORESTA

A vida no interior da floresta amazônica é conformada, em primeiro lugar, por fatores de ordem ecológica, como em todas as atividades extrativistas. Captar essa lógica é imprescindível na medida em que o conceito de Reserva Extrativista tem como um de seus conteúdos fundamentais uma determinada forma de utilização do espaço da floresta, síntese produzida pelo trabalho dos seringueiros sobre a natureza.

Hoje, a exploração econômica dos seringais na Amazônia não é homogênea. As diferenças principais referem-se à produção realizada pelas *empresas extrativas tradicionais* e pelos *seringueiros autônomos*. As primeiras são propriedade de seringalistas que as administram, na maior parte dos casos, através do arrendamento. As segundas, são áreas de titulação incerta, sobre as quais os seringueiros têm direitos de posse.

As empresas extrativistas apresentam dois espaços principais, distintos e opostos: a *margem*, domínio do seringalista, o *patrão*; e o *centro*, local da produção de borracha, onde localizam-se os seringueiros, os *fregueses*. A unidade básica na qual se processa a produção da borracha é denominada, em ambos os tipos de seringal, de *colocação*. A comercialização, em um caso, é feita pelo *patrão*; em outro, por intermediários, os *regatões* ou *marreteiros*.

As reservas extrativistas constituem uma reivindicação dos seringueiros autônomos. E o foco principal da questão é

compreender como se delinea, na mata, uma *colocação* e qual o significado econômico e social que tem para o seringueiro.

Em uma primeira aproximação, o que há de comum em uma *colocação* de um *freguês* e de um autônomo é o fato de que o acesso ao modo de vida do seringueiro implica necessariamente a entrada na mata, na floresta, porque é ali que está a razão de sua sobrevivência, a seringueira.

A produção da borracha, nos termos em que ela se desenvolve na floresta amazônica, ou seja, a partir das seringueiras nativas, supõe a preservação da floresta, uma vez que é o ecossistema próprio da região que permite a sobrevivência desse tipo especial de árvore. Fora da floresta, a produção do látex resulta do seringal de cultivo, cuja forma de organização não difere de qualquer outro empreendimento agrícola.

O que torna o seringal peculiar é o fato de que a produção do látex extraído da seringueira nativa é feita seguindo e respeitando a aleatoriedade da própria natureza. Nas áreas de exploração da borracha, as seringueiras encontram-se dispersas na mata, de forma imprevisível e o trabalho do seringueiro está condicionado por esse fator. Não resulta daí um padrão demográfico típico.

O seringueiro identifica as árvores e vai atrás delas, estejam onde estiverem, formando um conjunto denominado de *estrada de seringa*. Em cada uma, faz uma pequena incisão no caule, o *corte* coloca uma tijela como receptáculo do leite, e *có-lhe*. O trabalho final é a defumação, processo que dá origem à *pêla*, uma bola de borracha; ou então a coagulação, que dá origem à borracha *prensada*. Em muitos casos, o seringueiro *corta* com os pés dentro de pequenos riachos, os *igarapês*; ou, então;

sobe íngremes ladeiras, vai até um extremo da floresta e volta, percorre caminhos permanentemente alagados em função do entrelaçamento estreito das copas das árvores.

Ao fator ecológico agrega-se outro, de ordem social e econômica; a relação entre a produtividade natural de cada árvore e a quantidade necessária de produto para, conforme o preço de mercado, conseguir sobreviver e obter alguma margem de lucro.

Isso significa que, nas condições atuais em que é feita a extração do látex de seringueiras nativas, cada produtor individual necessita, em média, percorrer de 100 a 150 árvores por dia para obter uma média anual de 500 kg de borracha.* As árvores não podem ser *cortadas* dia após dia, mas de maneira intercalada. Assim, é necessário, no mínimo, um conjunto de 200 a 300 árvores para cada extrator. Como algumas seringueiras são mais produtivas que outras, seja em função do tempo de corte, seja da localização, muitas vezes duas *estradas de seringa* são insuficientes para obter uma boa produção. É comum que cada seringueiro explore, por *fabrico*, a safra de borracha, três *estradas*. Se ele tiver filhos em idade de cortar, esse número se multiplica na mesma proporção.

A *estrada de seringa* tem um formato circular, de tal maneira que o seringueiro sempre volta ao ponto de partida. Esse modelo é extremamente lógico: na primeira volta pela *estrada* ele faz o *corte*, coloca a tijela e deixa o leite escorrer;

*Os dados aqui apresentados fundamentam-se em pesquisas realizadas no vale do rio Acre e em afluentes do rio Juruá. Não podem ser generalizados porque a variação de uma região para outra é significativa. As pesquisas existentes até o momento não permitem estabelecer médias regionais.

na volta seguinte, ele colhe o líquido, inteiramente depositado no recipiente. Terminado este trajeto, ele se encontra próximo do local de moradia, de onde saiu, para iniciar o trabalho de transformação.

O número de seringueiras por hectares varia conforme a região; é possível definir, aproximadamente, menos de duas árvores por hectare. (SANTOS 1980:83). Isso significa que uma colocação com três estradas de seringa, terá, em média, 540 hectares.

As atividades de corte, coleta e transformação do látex em borracha são feitas individualmente, ou seja, não há divisão do trabalho no extrativismo da borracha. Assim, cada seringueiro vai sozinho para a estrada, permanece na mata a maior parte do dia sem encontrar outras pessoas e controla, individualmente, o ritmo do próprio trabalho.

Resulta daí a percepção que tem do seu trabalho como sendo mais livre do que aquele que se desenvolve sobre as ordens constantes de um chefe como ocorre, por exemplo, nas atividades agrícolas de um seringal tradicional, realizadas por diaristas.

Esses fatos apontam para outra peculiaridade: a extraordinária dispersão da ocupação no interior da mata. Cada família ocupando a área referida, estará distante muitos quilômetros da outra, vivendo assim em completo isolamento.

Esse tipo predominante de ocupação do interior da Amazônia dá a falsa impressão de existirem imensos espaços vazios, a serem povoados. O que ocorre é que o tipo de ocupação predominante entre as populações que se ocupam do extrativismo requer, como as indígenas, dimensões próprias. Além disso, como

veremos, nessa área desenvolve-se um conjunto de outras atividades ligadas à subsistência, configurando um sistema complexo de produção social.

Além disso, se de um lado a dispersão e o isolamento estão condicionados pela aleatoriedade natural das seringueiras, de outro, fatores econômicos e políticos condicionam a maneira como se dá a exploração do látex. Em nenhum momento da história da borracha na Amazônia foram introduzidas tecnologias, existentes no mercado, que permitiriam um aumento de produtividade por hectare (adensamento de árvores, plantios complementares, estimulantes da seiva). Ou então, que tornariam mais produtivo e rentável o processo como um todo (mini-usinas de beneficiamento).

COLOCAÇÃO

O silêncio da mata talvez seja o fato mais constante no cotidiano de uma *colocação* especialmente no verão, tempo do *fábrico* da borracha. Escuta-se o barulho de macacos e passarinhos, o rádio é ligado em algumas horas do dia e as pessoas falam pouco. As crianças ficam dentro de casa com a mãe ou acompanham-na para onde vai: ao roçado, ou ao igarapé buscar água e tomar banho. Têm medo de estranhos e sua linguagem é quase incompreensível, em função do número restrito de expressões que conhecem.

Todas as casas dos seringueiros são semelhantes e construídas com o mesmo material, espelhando a utilização plena e adequada dos produtos locais. As paredes são feitas do tronco da paxiúba, uma palmeira cuja principal característica é poder ser manualmente transformada em tábua. Cortam as paxiúbas, di-

videm o tronco em ripas e retiram o miolo com facão. Para o chão costumam colocar as mesmas ripas com uma cobertura de pa-xiūba batida. Nesse caso, depois de cortada a árvore, são feitos vincos com o machado, de cima abaixo, sem separar as ti-ras. A casa tem geralmente um quarto fechado, a varanda aberta na frente e a cozinha atrás. A cobertura é feita das folhas secas de uma outra palmeira, em filas bem próximas de forma que não permita a entrada da água.

A *colocação* é uma pequena clareira na mata, no centro da qual está localizada a casa, a *barraca*. Em volta fica o ter-reiro, sempre muito limpo, sem vegetação e com algumas árvores frutíferas. Por ele circula a criação doméstica. Um campo maior em volta da colocação e algumas cabeças de gado podem indicar a presença de um seringueiro em boas condições econômicas, fa-to mais frequente entre os autônomos.

A mata não oferece ao seringueiro somente o leite para produzir a borracha. É dela que retira, de forma primordial, a alimentação, através da caça, da coleta e da pesca. O serin-gueiro é, hoje, extrator, caçador, coletor e pescador, simul-taneamente. No período em que os preços da borracha eram al-tos, em função do monopólio da região amazônica, o seringalis-ta exigia do seringueiro que fosse exclusivamente extrator. Mesmo o roçado, através do qual obtinha uma alimentação consi-derada por ele fundamental, a macaxeira e a farinha, era proi-bido. A caça era ocasional, uma vez que o seringueiro ia cor-tar seringa armado como defesa pessoal. Durante o corte ou a coleta do látex, poderia caçar algum animal. Mas a carne, o conhecido jabá, a carne seca, era vendida no barracão.

Cada *colocação*, inclui, assim, não só a área onde estão

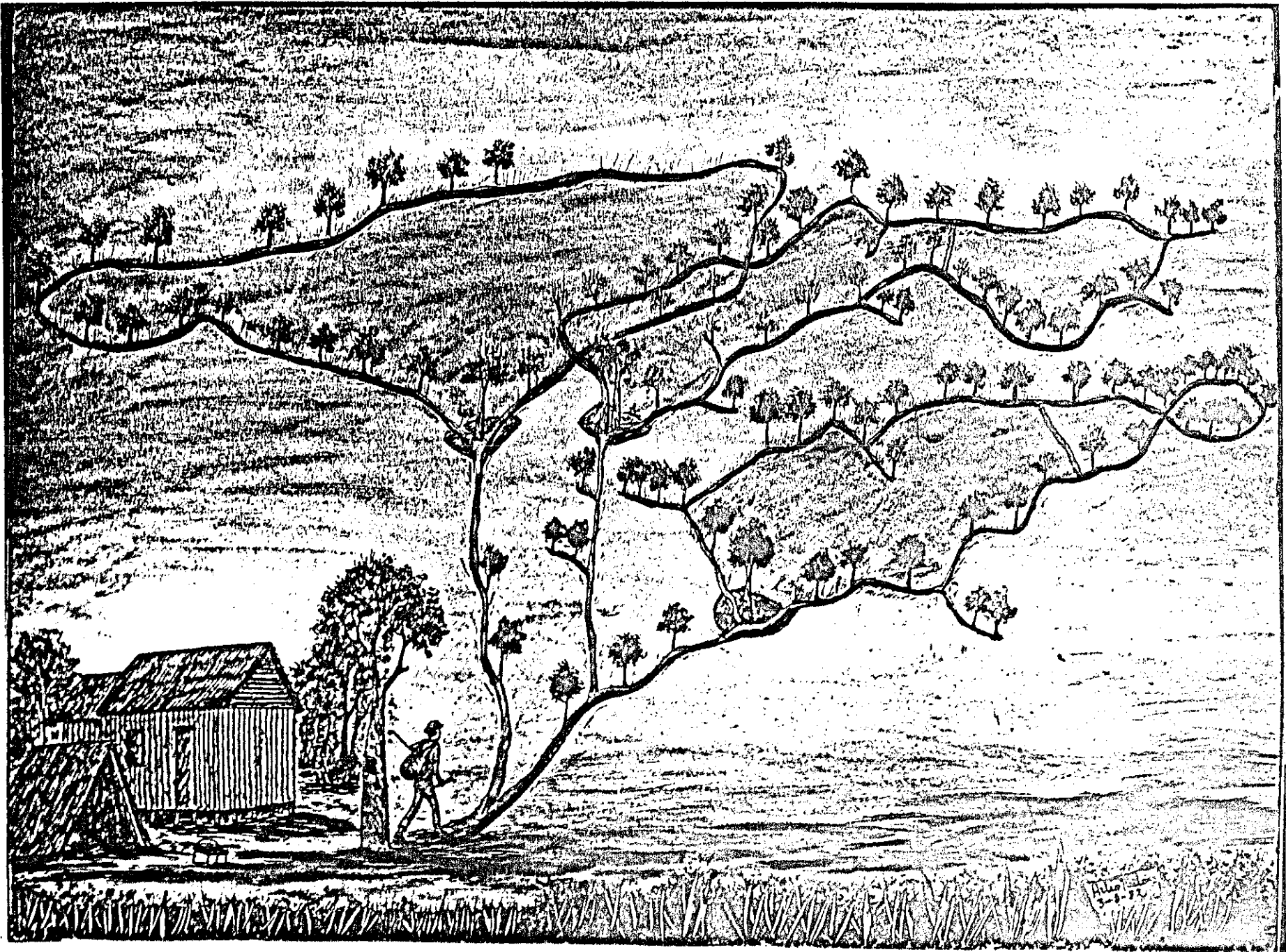
localizadas as seringueiras, mas também a área de caça, de coleta e está sempre localizada na margem de um igarapé, no qual as crianças pequenas costumam *mariscar*, pescar como divertimento e como trabalho.

Os limites de uma *colocação* não necessariamente coincidem com aqueles formados pelo conjunto das *estradas de seringa* em exploração. A *colocação* pode ter estradas *no bruto*, que não estão sendo usadas. E as árvores das *estradas* de uma *colocação* podem estar localizadas no interior das *estradas* de uma *colocação* vizinha. É o desenho das *estradas de seringa* que constitui a totalidade da área economicamente explorada por um seringueiro, representada por formas geométricas as mais diversas.

Esses limites são sempre respeitados pelos seringueiros, mesmo que não exista nenhum registro formal de posse ou propriedade. A identificação precisa de cada área requer minuciosos trabalhos de campo, sendo seu executor mais hábil e competente o próprio seringueiro.

Cada segmento de uma *estrada de seringa* tem um nome e uma qualificação específica. *Volta da estrada* é o ponto limite, a partir do qual ele inicia o retorno ao ponto de partida; *seringueira de manga* quando o caminho se afasta do trajeto original porque algumas árvores estão localizadas em um canto da floresta; o *oito* quando as árvores formam um conjunto circular semelhante ao número; a *boca da estrada*, onde estão localizadas as primeiras seringueiras; o *estirão* um caminho reto que sai de sua casa e atinge a *estrada*, quando esta está localizada a uma distância maior. (Ver Mapa da estrada de seringa).

As *colocações* têm nomes extremamente sugestivos. Algu-



MAPA DA ESTRADA DO SERINGUEIRO
Desenho de Hélio Melo

mas são nominadas em função de regiões geográficas, especialmente do Nordeste, atestando a origem histórica dos antepassados dos atuais moradores. Outras, expressam situações existenciais vividas no passado ou projetadas para o futuro (Mina de Ouro, Desterro, Degredo, Esperança, Já com Fome, Oco do Mundo, Fê em Deus). Ou ainda, nomes associados com a predominância de espécies vegetais (Campina, Pimenteira). As estradas são identificadas em função de acidentes geográficos locais (do meio, da ponta, do lago).

Embora aparentemente sejam caminhos semelhantes dentro da floresta, a *estrada de seringa* se distingue do *varadouro* e da *varação*. O primeiro é um caminho público, pelo qual todos circulam e que liga as *colocações* entre si e todas elas com o *varação* ou a margem dos rios, e as cidades. O outro, é uma espécie de atalho, dentro da mata fechada, através do qual se vence de forma mais rápida a distância entre duas *colocações*.

A *colocação* é, pois, o espaço dentro do qual se desenvolve o conjunto das atividades voltadas para a sobrevivência: aquelas que envolvem a extração e transformação do látex em borracha destinada à comercialização; e as que visam a subsistência, como a área de caça, o roçado, o plantio de frutas. Todas acompanham as margens dos igarapês. Seu centro é a casa e o *defumador*. Não é raro acontecer de morar mais de uma família em uma mesma *colocação*. Esse fato depende da qualidade das árvores, e da abundância da caça.

Andar é o ato mais familiar ao seringueiro. Medir o tempo em horas de caminhada. Observar a natureza em silêncio. Contar histórias de caçadas. Falar de preço da borracha. Ouvir o rádio quando não está estragado. Receber os outros sem-

pre com muita cordialidade, e cerimoniosamente se forem estranhos. Estabelecer parcerias, amizades sólidas com outros seringueiros, marcadas pela solidariedade. Desconfiar daqueles que mentem e enganam. Ter em relação à mata um sentimento de posse, definindo-a como o local onde é livre e ninguém determina seu trabalho. Usar a mata como refúgio quando rouba uma mulher para casar ou quando, por um momento de violência, mata alguém.

As *estradas de seringa* e os caminhos existentes dentro da floresta para ir às *colocações*, ao roçado, às áreas de caça, ao *barracão*, à beira do rio, constituem um verdadeiro mapa, de difícil apreensão para quem não conhece a mata. Principalmente porque os sinalizadores dos caminhos são, muitas vezes, modificações imperceptíveis no volume de folhas no chão, ou na qualidade especial de uma espécie de árvore.

Difícil aceitar a afirmação de que a floresta é um imenso vazio quando esses códigos são apreendidos. De um ponto qualquer da mata, saem inúmeros caminhos para variadas direções, todos eles dando acesso a um conjunto de pessoas que ali nasceram e sempre ali viveram.

Esse mapa florestal demonstra também que, para o seringueiro, a mata é um espaço domesticado, usado, qualificado e nominado, da mesma forma como os habitantes das cidades se localizam em função de nomes de ruas, esquinas, estabelecimentos comerciais ou siglas.

Mostra também que existem espaços privados e públicos bem definidos, limites a serem respeitados, expressando um complexo modelo e um domínio sofisticado do ecossistema que precisa estar presente quando se consideram alternativas de

regularização fundiária e de introdução de tecnologias.

O que determina todas as características descritas a respeito da utilização do espaço da floresta pelos seringueiros é o fato de que, nas atividades extrativas, é condição para a prática produtiva a não destruição dos espaços naturais. Com o desmatamento, a seringueira e a castanheira deixam de produzir, a caça desaparece. O trabalho extrativo está intimamente relacionado com a vivência de espaços amplos, vastos e com a preservação da floresta.

Na medida em que as árvores, associadas ao seu trabalho, permitem a reprodução do seringueiro, é lógico que ele tenha em relação a elas um cuidado todo especial. Dificilmente fará uma derrubada na qual sejam queimadas árvores como a seringueira ou a castanheira. E não são as árvores, isoladamente, o objeto principal da proteção desse trabalhador, mas a floresta, na medida em que ele sabe, por experiência empírica, que determinadas espécies dependem das outras para sobreviver, assim como a existência de determinado tipo de caça requer um equilíbrio entre os vários elementos desse ecossistema.

Entende-se agora um dos componentes significativos do *empate*: não permitir a derrubada das árvores e do conjunto da floresta. Pode-se entender também certos desmatamentos que vêm ocorrendo nas áreas dos *empates*, realizados sem objetivos produtivos, mas com uma direção criminosa bem definida: impedir a permanência de seringueiros-posseiros nas áreas sobre as quais têm direitos históricos.

Outros significados desse movimento ficarão claros quando se compreender que o uso feito da floresta pode ser *livres* ou *cativos* conforme - com eles afirmam - estejam estruturadas as relações sociais no interior da floresta.

3 DO CATIVEIRO À LIBERDADE

A constituição de Reservas Extrativistas na Amazônia, além de representar uma solução ecologicamente adequada, é uma questão de justiça social e de reconhecimento, por parte do poder público, de uma omissão histórica frente ao último segmento da sociedade brasileira alijado da cidadania.

Os seringueiros autônomos que solicitam essas medidas falam também em nome de uma parcela (cuja representatividade estatística é desconhecida) que permanece, ainda hoje, presa por dívidas fraudulentamente impostas, aos *barracões* dos seringais tradicionais.

Falam também em nome dos *Soldados da Borracha*, migrantes nordestinos que foram para a Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial produzir borracha para suprir os Estados Unidos, sob a égide dos Acordos de Washington. Garantias de que medidas de proteção do futuro, entre elas uma aposentadoria especial como a dos ex-combatentes seriam a eles atribuídas, nunca foram cumpridas. Porque eles também ficaram presos à cadeia do aviamento - instituição amazônica que assegura compulsoriamente mão-de-obra aos seringais desde o século passado.

Os seringueiros autônomos se auto-denominam de *libertos* e classificam os outros como *cativos*. Ao tempo do *cativeiro*, no qual nasceram, contrapõe o da *liberdade*, no qual vivem hoje. Entender essa transformação trará os elementos necessários para que o *empate* e as Reservas Extrativistas adquiram* novos significados.

O AVIAMENTO

Na margem do rio, no alto do barranco, uma casa grande com portas largas é o *barracão*, geralmente localizado ao lado da casa do seringalista, ou de seu representante, o gerente. Outras casas espalhadas pelos lados, menores, são dos empregados do seringal.

O *patrão*, dono do seringal, arrendatário ou gerente, é a autoridade naquele pedaço de rio, respeitado, temido e odiado pelos seringueiros, seus *fregueses*. Abaixo dele, o guardalivros, responsável pela contabilidade, é quem domina o saber, o conhecimento: leitura, escrita e as contas.

A primeira impressão de um seringal, na margem, é a de estarmos assistindo a uma representação de personagens saídos da literatura. Já sabemos que o *barracão* rouba, que o guardalivros esconde e mascara o roubo como se fosse engano, quando o seringueiro reclama; já vimos desenhos e ilustrações das casas de beira do rio. O que é novo e por isso surpreende, são as falas, as pessoas vivas, as expressões do rosto, os gestos e as posturas.

Imediatamente é visível a posição ambígua do *patrão*: de um lado conversa com seringueiros e empregados como se fossem iguais. No momento seguinte, dá as ordens e todos saem para cumprir com a cabeça baixa e respondendo com uma expressão que se tornará enfadonha de tão repetitiva: "sim senhor... tem sim senhor, ... sei não senhor... vou sim senhor... quero não senhor".

Subindo e descendo o barranco os homens descarregam os barcos de olhos baixos, afastam-se para os estranhos passarem, observam de longe, intimidados, e fazem comentários entre si,

sempre com uma expressão clara nos olhos: um misto de medo, desconfiança e sarcasmo. Obedecem ordens e não falam.

Os empregados que moram na margem, na maioria, já foram seringueiros; por estarem velhos, terem ficado doentes ou viúvas, no caso das mulheres, não têm mais condições de viver nos *centros*. Cabe a eles, recebendo salário, trabalhar na agricultura de alimentos do *barracão*, abastecê-lo de carne de caça e prestar serviço de carpintaria e funilaria.

No seringal não existe circulação de dinheiro. Todos os produtos comprados no *barracão* são lançados em uma conta particular de cada seringueiro ou empregado. No final da safra, entre dezembro e março, a borracha é liquidada com os fregueses e tem-se o resultado de um ano de trabalho: saldo ou débito. No caso dos seringueiros, além dos produtos de subsistência, são fornecidos também os instrumentos de trabalho. Todo tipo de despesa que um *patrão* tem com um *freguês* (pagar um batizado, uma viagem até a *rua*, adiantar dinheiro em caso de doença, etc.) é anotada na conta.

Esse é o mecanismo do aviamento: fornecer mercadorias a crédito que serão pagas com o produto final da safra. O primeiro elo do aviamento relaciona *fregueses* com *patrões*, no segundo, são estes que se aviam com os comerciantes em troca de borracha. No começo da economia extrativa essas cadeias ligavam os produtores aos exportadores de borracha, em Manaus e Belém, que eram também fornecedores de mercadorias. Hoje os elos são mais frágeis, esgotando-se nas cidades médias da Amazônia.

O seringueiro paga uma renda em borracha proporcional ao número de *estradas de seringa* que ocupa. Esse pagamento de-

fine apenas parcialmente sua relação com o seringalista. Isso porque são inúmeras as formas através das quais o seringalista manipula os valores da produção e do consumo de maneira a ter sempre o mesmo resultado - o endividamento do seringueiro: altera os preços, o registro do que foi consumido ou produzido, faz descontos no peso, altera a balança, cobra juros, etc.

Quando o seringueiro obtém um saldo, este lhe é pago em dinheiro. O saldo é viável para aqueles seringueiros solteiros que trabalham *de meia* com outro, geralmente por um período de dois ou três anos. Depois disso, constituem sua própria família, aumentam as despesas e entram num ciclo de permanente endividamento.

Os mecanismos que dão origem à dívida podem ser sintetizados da seguinte maneira:

- alterar em mais de 200% os preços das mercadorias de consumo do *barracão*;
- diminuir o preço da borracha, não seguindo a tabela oficial;
- forçar o consumo de produtos mais caros, como perfumarias e bebidas, quando o seringueiro tem uma produção alta de borracha;

Esses são os *Regulamentos dos Seringais*. Não estão escritos em lugar algum, mas são seguidos à risca pelos seringueiros e seringalistas. O principal deles é que o seringueiro só pode vender a borracha para o patrão que lhe fornece as mercadorias. Considerando as medidas que são tomadas pelos seringalistas para controlar toda a produção dos seringueiros, o ciclo se fecha: o seringueiro fica preso ao patrão, pelas dívidas.

É muito difícil, para o seringueiro, estabelecer algum controle sobre esse processo, pelo simples fato de não saber ler nem escrever. Embora tenha consciência de que produziu muita borracha e comprou pouco no *barracão*, não consegue comprovar esse fato.

É comum, nos seringais, que novas regras sejam criadas e outras esquecidas, conforme a conjuntura, visando, todas elas, um controle absoluto do seringalista sobre o seringueiro.

Há um exemplo recente no médio rio Juruá com relação ao pagamento da renda pela utilização das estradas de seringa, estipulada, em média, em 60 quilos por duas *estradas*. Informados de que o Estatuto da Terra define o arrendamento com o pagamento de 10% sobre a produção e liberdade de comercialização do restante, os seringueiros passaram a buscar formas de tornar realidade essa lei. Uma vez que nenhum desses aspectos é respeitado nos seringais, em muitos casos deixaram de pagar a renda, ou diminuíram a percentagem entregue.

Diante dessa situação, os seringalistas passaram a cobrar o que é denominado de *renda por dentro*, ou seja, um desconto de 20% no peso da borracha.

A dívida e o respeito à *lei dos seringais* que determina que quem deve ao seu patrão não pode sair sem pagar a conta é a principal expressão daquilo que é denominado de *sujeição aos patrões*. Aqueles que se encontram nessa situação dificilmente podem falar por si próprios porque não dispõem de liberdade para sair de suas *colocações* em direção às cidades mais próximas.

Esse código não escrito de conduta, transmitido de geração em geração no seringal, não difere muito daquele citado por Euclides da Cunha quando esteve na Amazônia em 1905:

... o trabalhador só pode comprar no armazém do barracão, não podendo comprar a qualquer outro, sob pena de passar pela multa de 50% sobre a importância comprada .

(1976:111)

Um seringueiro entrevistado no Seringal Alagoas, rio Tarauacá, em maio de 1978, relata uma situação semelhante: no seringal onde morava, no rio Jordão, fronteira com o Peru, o *barracão* quase não tinha mercadorias. Mas em outro seringal perto dali, a oferta de bens era grande e variada e os *fregueses* iam lá comprar. O próprio *patrão* autorizava a compra, dando uma ordem ao *fregues*. E cobrava sobre a compra feita uma comissão. No final da safra, um *patrão* acertava com o outro, em borracha:

Agora, agora, eles fazem assim: dão aquela ordem pro Hilarino, que é o patrão lá, que não falta mercadorias é os Mello. Eles vão dão aquela ordem ali pro cara e já trepa comissão em cima. Inda sai muito mais cara... Tem ano, tem ano, dos Mello receber 2 mil kg de borracha deles, só com ordem da freguesia. As freguesias vão comprar lá. Muitos deles não morre à míngua por causa dos Mello, que é o barracão que não falta mercadoria mesmo, em cima, é dos Mello...

Euclides da Cunha faz referência à lei máxima do seringal, a mesma que ainda predomina hoje:

Qualquer freguês ou aviado não poderá retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciais...

E continua: Fugir? Nem cuida em tal. Aterra-o o desmercado da distância a percorrer. Buscar outro barracão? Há entre os patrões acordo de não aceitarem, uns os empregados de outros, antes de saldadas as dívidas, e ainda

há pouco houve no Acre numerosa reunião para sistematizar-se essa aliança, criando-se pesadas multas aos patrões recalcitrantes. (1986:111).

Em uma entrevista feita com um seringalista tradicional de Tarauacá, Acre, em maio de 1978, ele fez a seguinte afirmação:

Existe uma certa norma entre os patrões aqui no Tauaracá de um não aceitar o seringueiro endividado sem que antes ele pague ao outro, a conta, ou então, combinar o preço da borracha a ser pago. Fui eu quem implantei isso, lá por cima e veio baixando. O sujeito sai de um seringal e leva a conta.

Existe uma forma, também instituída mais recentemente, do seringueiro sair de um seringal devendo:

Acho que tem deles aí, (comenta um seringueiro do rio Tauaracá), que nunca mais sai de lá dos alto. Só se for com conta como nós saímos. Que der... achando um outro patrão que pague. Tem que achar um patrão que pague... Se não arranjá tem que ficar lá até pagar. O cara fazer, passar mais necessidade do que o quê, comendo as unhas mesmo e paga. Fica preso, num pode sair... Muitos deles foge. Eles ainda vão atrás. Teve bem o tempo que nós moremo lá, teve bem dois rapaz solteiro que fugiram...

A última lei citada por Euclides da Cunha refere-se à indenização pelas benfeitorias feitas pelo seringueiro quando ele sai do seringal:

Todas as benfeitorias que o liquidado tiver feito nesta propriedade perderá totalmente o direito uma vez que retire-se. (1976: 112)

É a mesma afirmação que faz um seringueiro do Tarauacá:

Mas agora lá é assim: se o cara sair, se for... no centro, eles num compra (o roçado). Fica lá perdido. Agora ali, se ir outro prá colocação, é dele, (risos) Agora, se eles achá logo um que coloque lá, proveita o que o outro deixou.

Como se pode observar, são mínimas as modificações surgidas nesses últimos cem anos no mecanismo do aviamento. Através dele os seringueiros permanecem décadas seguidas no seringal, permanentemente endividados. É claro, no entanto, que as leis, os regulamentos, tem exceções e são manipulados conforme as relações personalizadas que vão se estabelecendo entre *patrões e fregueses*.

Encontrei um exemplo no Seringal Alagoas, rio Tarauacá, no Acre. O gerente recebeu um conjunto de doze recomendações a respeito dos termos dentro dos quais as transações comerciais deveriam ser feitas com os *fregueses*. Em todas elas, há a seguinte expressão: "se houver conveniência"; ou seja, cada regra poderia ser rompida se fosse conveniente para o seringalista.

O aviamento liga um conjunto de *fregueses* a um *patrão*. O termo *patrão* é aplicado tanto ao proprietário, quanto ao arrendatário ou gerente de um seringal. Seu significado está referido ao exercício do poder e da autoridade, derivado da capacidade de comprar e vender mercadorias e de controlar de forma absoluta a vida de seus *fregueses*.

A relação do *patrão* com seus *fregueses* é baseada em lealdades pessoais: ele convida um seringueiro para trabalhar em seu seringal, paga a dívida ao outro *patrão* e obtém seu re-

conhecimento para sempre.

E também uma relação personalizada. No seringal, as articulações são feitas por caminhos unívocos: de cada *colocação* com o *barracão*, ou seja, de cada *freguês* com o *patrão*, resultado da individualização da produção.

O *patrão* exerce o papel de mediação entre os seringueiros e o mercado, entre a produção e o consumo, a mata e a cidade. Dependem dele para sobreviver e estabelecem relações com o mundo subordinados à sua autoridade.

Muitos seringueiros mudam de seringal em busca de um bom *patrão*, aquele que não deixa faltar mercadoria no *barracão*, transporta a borracha até a margem e as mercadorias até a *colocação*, entrega a contra-corrente no final do *fábrico*, atende em caso de doença.

As observações que faz Maria Ferreira, mulher de um seringueiro do rio Tauaracã, são interessantes a esse respeito. Nasceu nas cabeceiras dos rios e viveu sempre lá. Endividados, conseguiram que um outro *patrão* pagasse a dívida e foram para o Seringal Alagoas. Continuaram devendo, tiveram problemas com relação ao registro errado da produção que fizeram, o marido foi mordido de cobra e ficou nove dias sem assistência. No entanto, ela avalia positivamente o novo seringal e acha que as condições de vida deles mudaram muito.

E. Aqui é melhor do que lá no Jordão, dez mil vezes. Tudo lá é mais caro do que aqui. Num tem nem comparação. E aqui os *freguês* pode beber um café, come com óleo... E lá quem que vê um *freguês* comê... São mesmo o *patrão*. A gente passa de mês lavando roupa com casca de pau, com limão. Eu que sei contar. Os *freguês* lá não têm punição, não. Punição é... o que tem é eles mesmo. Se o *freguês* disser 'ao

menos assim: 'Você tá roubando o peso da minha borracha', ele bota prá pau; ele não é besta prá falar que faz é apanhar... Agora vem um e diz: 'Ah, esses povo veve bem...' Veve não. O povo daqui mesmo, aqui mesmo das Alagoas, veve. Mas lá prá cima, vão ver a situação prá você ver como é lá prá cima. Eu digo porque nasci e me criei nas cabeceiras do rio. Sei de todas as situação de lá. Agora prá cá, aqui não. Aqui, há mais tempo que nós tivesse vindo prá cá. Se nós tivesse vindo há mais tempo eles num tava nessa conta monstro, de jeito nenhum. Tenho certeza que eles num tavam. Se fosse lá em cima, eie inda tava no centro, com a perna desse jeito. Ia apodrecer a perna (mordida de cobra).. Acho. Melhor do que lá. Dez mil vezes. Num tem nem comparação. Aqui quando a gente manda buscar na casa do patrão, vem. Lá não era assim, não.

A referência ao *patrão* é construída com termos restritos de comparação. Para quem nasceu e se criou dentro de um seringal, o máximo de aspiração possível é aquela que permite a sobrevivência sob a proteção de um *bom patrão*.

São ambíguas e contraditórias essas relações porque procuram tornar harmônicas, através de um código ético de conduta, oposições que são inconciliáveis. Criam, de um lado, a idealização de um *bom patrão*; servem, por outro, para definir padrões de comportamento adequados à dominação.

No caso do seringal essas regras têm um significado muito importante pela impossibilidade do seringalista exercer um controle mais direto sobre a produção, em função de seu caráter disperso. Relações personalizadas são reproduzidas através da distribuição aleatória, segundo a conveniência de favores. E isso cria, entre os *fregueses*, a necessidade de ser também um protegido do *patrão*.

Está dentro dessa lógica estimular conflitos e desigualdades entre os *fregueses* para depois conquistar a lealdade fazendo exceções. Assim, uma classificação fundamental dentro do seringal é estabelecida entre os *que devem* e os *que não devem*. Para aqueles colocam-se várias punições como se eles estivessem deixando de cumprir um dever inquestionável. A principal, é: *aqueles que estão devendo são podem comprar mercadorias correspondentes à metade do valor da produção*. É o chamado *sistema da metade*, através do qual procura-se controlar a produção dos seringueiros.

Nas condições em que se dá o extrativismo da borracha, essas regras de comportamento, as leis, os códigos de honra de um lado, e o sistema de organização do consumo, de outro, têm como um dos seus objetivos centrais controlar a produção da borracha e a autonomia que sobre ela têm, os seringueiros. É através desses elementos que o *patrão* se faz presente na *colocação*, ou seja, através do significado, por eles interiorizado, de que dependem de um *patrão* para existir e de que suas leis são justas.

A maior parte dos seringueiros que vive hoje nos seringais do Acre, nasceu ali e nunca saiu da mata, mesmo depois de adultos. Embora questionem os regulamentos dos seringais, raramente colocam em dúvida a existência do *patrão* enquanto tal. Ter um *patrão* não é um fato ocasional, mas natural, faz parte da ordem do mundo, sempre foi assim e sempre será. É nesse sentido que o aviamento, mais que uma forma de organização das relações sociais no seringal, é também uma maneira de pensar e de ver o mundo.

O confinamento do seringueiro e sua relação de depen-

dência com o seringalista encontra sustentação política a nível local, quando se observa que nesses 150 anos de ocupação da Amazônia poucos fatores alteraram as condições de trabalho dos seringueiros. As políticas de incentivo à produção extrativa, os subsídios aos seringalistas, nunca colocaram em questão a reprodução de um sistema de coerção sobre o trabalhador como o que predomina nos seringais.

É por essa razão que o seringueiro nunca está presente no cenário da vida social brasileira. O aviamento, a relação com o mundo mediada pelo *patrão*, leva-o à crença de que é essa a única forma possível dos homens se relacionarem entre si.

A CONSTITUIÇÃO DO SERINGUEIRO AUTÔNOMO

A década de 70 na Amazônia Ocidental, especialmente no Acre, foi marcada por transformações econômicas profundas que alteraram o perfil das relações sociais locais. Desde a metade do século passado até este momento, a empresa extrativista da borracha havia predominado de forma exclusiva na estrutura produtiva local. Toda a sociedade estava organizada na rede do aviamento: produtores de borracha, coletores de castanha, ligados a comerciantes locais e proprietários de seringais; estes ligados a usineiros e grandes comerciantes localizados nos centros urbanos da Amazônia. Um sistema oficial de crédito baseado em uma política nacional de proteção à borracha nativa, assegurava a continuidade dessa economia.

A política de incentivos à diversificação das atividades produtivas para a Amazônia, surgida a partir de 1967, voltou-se para o apoio maciço aos empreendimentos agropecuários. Em poucos anos seringais transformaram-se em fazendas e os cen-

tros urbanos concentraram uma população significativa, expulsos dos seringais, em suas periferias.

Os dados abaixo evidenciam essas transformações.

ATIVIDADE ECONÔMICA PREDOMINANTE - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS E ÁREA OCUPADA. ACRE, 1960/1975/1980.

	1960		1975		1980	
	E	A	E	A	E	A
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura e Agropecuária	58,75	1,31	34,96	10,82	39,90	17,42
Pecuária	11,07	1,55	4,70	26,01	9,74	30,51
Extração Vegetal	29,85	97,14	60,04	63,10	48,80	51,30
Outras Atividades	0,33	-	0,30	0,07	1,56	0,77

Fonte. Censo Agropecuário - FIBGE

O predomínio das atividades extrativas vegetais, em 1960, é evidente. Ocupam quase a totalidade da área economicamente utilizada, com um número reduzido de estabelecimentos, o que indica o caráter concentrador que esse tipo de atividade sempre teve na Amazônia. Em 1975 essa atividade sofre uma transformação significativa. Cresce o número de estabelecimentos na extração vegetal ocupando uma parcela menor da área, cuja substituição é feita pela pecuária.

Em 1980 observa-se, por um lado, que a atividade mais significativa no Estado, em termos de número de estabelecimentos e participação no total da área ainda é o extrativismo vegetal, embora menor do que nos anos anteriores, confirmando-se a presença da pecuária, também de caráter concentrador.

Esses dados estão indicando também uma modificação interna à atividade de extração vegetal, em função da perda do caráter concentrador que havia em 60. Segundo trabalho elaborado pelo Governo do Estado, "Estudo sobre o extrativismo da borracha no Estado do Acre" (1985:6 e 7) entre 1960/70 cresce o número de estabelecimentos administrados por arrendatários em 19% e a de ocupantes em 97%. Enquanto diminui a área administrada pelos arrendatários, em 57,61% a de ocupantes aumenta em 20%. Em 1970 64,12% da área na qual predominam atividades extrativistas está sob a responsabilidade de ocupantes.

Ou seja, ao mesmo tempo em que o extrativismo perdeu posição para as atividades pecuárias, alterou sua forma tradicional de organização surgindo ao lado da empresa extrativa tradicional a figura do "seringueiro autônomo", posseiro que desenvolve essas atividades com maior liberdade de produção e comercialização. Essa será a base de um dos movimentos sociais mais significativos na região, aquele que busca assegurar as condições econômicas e políticas da autonomia conquistada - o *empate*.

Do ponto de vista social essas modificações causaram profundo impacto na sociedade acreana. Os seringais que foram vendidos no início da década de 70 a grupos empresariais do sul do país, o foram com os seringueiros dentro. Conscientes da complexa estrutura fundiária do Acre e da imprecisão dos títulos de propriedade, os novos empresários procuram retirar rapidamente os posseiros (por expulsão ou indenização). Sem dominar os elementos da nova situação os seringueiros passaram a ocupar as áreas periféricas de Rio Branco e cidades interme-

diárias como Tarauacá e Feijó. A taxa de crescimento urbano de Rio Branco, entre 70 e 80 foi igual a 9,8%.

Embora a estrutura social dos seringais não fosse um bom elemento de comparação para a nova situação, uma vez que esteve sempre organizada através da retenção compulsória de trabalhadores pelo endividamento permanente aos barracões, esse sistema já havia gerado um processo adaptativo que não era questionado por ninguém. Ao mesmo tempo em que o tradicional seringalista explorava seus seringueiros e os mantinha no *cativeiro*, como afirmavam, a vida nos seringais permitia um nível de satisfação das necessidades, através do acesso aos produtos da floresta, que a migração para as cidades não virá substituir.

Todos esses elementos fazem surgir, no Acre, reações marcadas e fortes às transformações em curso. Têm início um processo de resistência à expulsão, por parte dos seringueiros das áreas vendidas e a tentativa, realizada todos os anos, de evitar os desmatamentos.

Para entender esse quadro, é preciso não esquecer que o Acre foi incorporado ao Brasil, no início deste século, através de uma guerra conhecida como Revolução Acreana na qual os soldados eram os trabalhadores dos seringais. Esse episódio impediu que aquela parcela de território, então pertencente à Bolívia fosse arrendada a um grupo americano que desejava monopolizar a produção e comercialização da borracha, então produto de alto valor no mercado. Desde então, sentimentos regionais, autonomistas, separatistas, sempre foram muito fortes no Acre. Todos esses componentes explicam a constituição do seringueiro autônomo no Acre.

Enquanto foi predominante na Amazônia a empresa extrativa da borracha caracterizou-se como forma exclusiva de ocupação da terra e da mão de obra. Voltada prioritariamente para a produção da borracha, houve momentos em que a atividade agrícola chegou a ser proibida no interior dos seringais.

Somente nos momentos de crise no mercado da borracha, e como uma forma de equilibrar os lucros dos seringalistas, é que as atividades voltadas para a subsistência do produtor foram permitidas e até incentivadas. Assim, o seringueiro passou a combinar a atividade extrativa com a agricultura e a caça, dependendo do aviamento somente para os produtos industrializados.

Esse processo foi acompanhado do surgimento de uma pequena agricultura de alimentos, em terras do seringal, realizada por produtores autônomos, os *barranqueiros*, cuja comercialização era feita tanto nos barracões quanto com os *regatões*.

Os momentos de crise foram acompanhados, também, de migrações para as capitais da Amazônia, dando origem a colônias de pequenos produtores agrícolas independentes dos seringais, principalmente após a Campanha da Borracha, em 1945.

Muitos seringueiros permaneceram nas terras dos seringais desativados, vivendo em condições precárias, comercializando borracha e produtos agrícolas com os *regatões*. No entanto, em decorrência da situação desfavorável de mercado suas condições de sobrevivência ficavam ainda mais precárias do que quando estavam subordinadas à estrutura da empresa extrativa.

Foi a abertura de estradas e conseqüente formação de um mercado não monopolizado, no Acre, que permitiu o surgimento do seringueiro autônomo. Essa é uma mudança radical na forma de

ocupação da terra e de organização da produção, uma vez que o seringueiro produz e comercializa livremente a borracha, adquirindo também livremente, no mercado, os produtos industrializados que necessita.

A situação dos seringueiros autônomos difere da anterior, durante a qual a liberdade significava o aumento da pobreza, pelo fato deles se constituírem como produtores independentes em um momento de ascensão nos preços e incentivos oficiais à pequena produção extrativa.

Em 1972, com o objetivo de aumentar a produção da borracha vegetal, através de reabertura de seringais nativos e implantação de seringais de cultivo, foi criado o Programa de Incentivo à Produção Vegetal (PROBOR), cujos financiamentos foram orientados principalmente para a Amazônia Ocidental.

Um dos objetivos do PROBOR era alterar a situação da borracha produzida na Amazônia. As empresas brasileiras de artefatos de borracha consumiam, na ocasião, 150 mil toneladas de borracha. Desse total, apenas 22 mil eram extraídas no Brasil. A participação do Brasil no mercado mundial não ultrapassa 1% desde que a borracha nativa foi substituída pela cultivada.

Com o objetivo de obter uma elevação nos preços da borracha cultivada e de fazer uma reserva de matéria-prima, os principais países produtores de borracha no mundo, Malásia, Filipinas e Indonésia, pretendem constituir uma organização semelhante à OPEP. Algumas medidas foram tomadas no sentido de restringir em 15 a 20% o volume de suas exportações.

As grandes indústrias de pneus, como Fireston, Good Year, Pirelli, instaladas no Brasil, têm áreas plantadas com

seringueiras e pretendem expandi-las em função da situação atual do mercado.

No entanto, somente seis anos após o plantio é possível começar a extrair o látex da seringueira cultivada. Em função disso, a necessidade de aumentar a produção a curto prazo, levou o governo federal a incentivar tanto a reabertura de seringueis nativos, como o plantio racional de seringueira, lançando em anos consecutivos o PROBOR II e III.

A diferença, hoje, está no fato de que esses incentivos não estão mais restritos à Amazônia mas estendem-se a qualquer região no país, apesar dos intensos protestos dos seringueiros do Acre. Assim, São Paulo começou a investir nessa área rapidamente uma vez que os financiamentos com juros mais baixos 12% a.a. atraíram os empresários.

Em 1980, ainda no contexto de incentivar a produção de borracha na Amazônia, a SUDHEVEA lançou dois programas voltados para a pequena produção extrativa - as mini-usinas de beneficiamento da borracha e o Proborzinho. O primeiro consistiu na criação de associações de seringueiros e financiamento de pequenas e artesanais usinas que permitem a venda da borracha diretamente para a indústria de transformação, por preços mais altos. Através do segundo, pretendia-se incentivar o plantio de seringueiras nas unidades de produção dos seringueiros.

As mini-usinas foram implantadas em condições de manipulação política e com medidas econômicas desfavoráveis - enquanto os juros dos financiamentos concedidos aos grandes seringueiros através do PROBOR ficavam em torno de 12% a.a. com prazos de oito anos para serem saldados, os financiamentos das mini-usinas tinham juros de 35% a.a. e um prazo de dez meses

para pagar.

Mesmo com esses limites, é incontestável que a alternativa fortaleceu economicamente os seringueiros autônomos dando-lhes um espaço bem definido no mercado, inexistente até então.

Mas é importante salientar que a constituição do seringueiro autônomo como uma categoria específica de trabalhador, foi resultante de um contexto político de luta pela posse da terra, quando teve início a implantação de empresas agropecuárias nos antigos seringais.

Três momentos diferentes podem ser distinguidos nesse processo. Inicialmente, nos primeiros anos da década de 70, quando os seringais foram vendidos, a ocupação da terra pelos fazendeiros foi marcada por ações de violência e expulsão nos moldes já conhecidos e frequentes em todo o meio rural brasileiro: queima das casas, jagunços armados cercamento das vias de acesso às estradas de seringa e aos igarapês.

Em 1976, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG - criou uma Delegacia no Acre com o objetivo específico de dar apoio legal aos posseiros. Em uma região onde sempre prevaleceram os regulamentos dos seringais, ou seja, a lei definida pelo *patrão*, a presença de um órgão com poderes para contrapor uma legislação de proteção ao trabalhador, teve profundas consequências.

À violência, seguiu-se um momento de negociação, sendo a CONTAG intermediária na realização de acordos e propostas de indenização. Foram criados Sindicatos de Trabalhadores Rurais nas áreas mais conflituosas e procurou-se estabelecer normas específicas de legalização da atividade extrativa, em substi-

tuição ao aviamento. O seringueiro foi definido como parceiro, de acordo com o Estatuto da Terra, devendo pagar ao dono do seringal 10% sobre a produção, comercializando o restante com quem lhe oferecesse melhores preços.

Isso não significa dizer que o aviamento desapareceu no Acre ou no Amazonas. O processo a que nos referimos esteve concentrado nas regiões do vale do rio Acre, principalmente. No Vale do Juruá predominam ainda hoje as empresas extrativas tradicionais. Também nessas regiões os Sindicatos iniciaram uma tentativa de transformar as regras do aviamento, com resultados mais precários.

Embora a resistência à expulsão tenha caracterizado todo o processo de luta pela terra no Acre, somente numa terceira fase ela se constituiu em ações mais eficazes, os *empates*, ou *embargos às derrubadas*, como são chamados.

Quando tem início o verão na Amazônia, a partir do mês de maio, as fazendas começam o trabalho de desmatamento. Quando a derrubada alcança a *colocação* de alguns seringueiros, eles se reúnem, pacificamente, e auxiliados por outros de colocações próximas, impedem o desmatamento. A ação se dá ou através do convencimento dos peões para se retirarem da área e da negociação com autoridades governamentais.

Um dos resultados dos *empates* foi a desapropriação por interesse social de seringais inteiros que foram titulados para os seringueiros, o Porvir e o Santa Fé, ambos localizados entre Rio Branco e Brasileia. As desapropriações abrangem um total de 963.000 ha, até o momento.

O erro, no caso dessas desapropriações, foi a atribuição de lotes individuais, segundo o módulo regional do INCRA,

entre 50 e 100 ha. As *estradas de seringa* foram fracionadas impedindo a continuidade da exploração. Os seringueiros venderam os lotes e foram para as cidades.

Em outras áreas, tendo a CONTAG como intermediária, foram realizados acordo entre posseiros e fazendeiros dentro das fazendas, alternativas que vêm sendo recusadas pelos seringueiros.

Do ponto de vista dos seringueiros *libertos*, como se auto-denominam os produtores autônomos, referindo-se ao seu contrario, o *cativo*, preso ao barracão, esse é um momento recoberto de significados, claramente expressos nos *empates*. Não se trata somente de garantir o acesso a um pedaço de terra. Propostas de assentamento nas áreas de colonização são sistematicamente recusadas. O objetivo do *empate* é garantir a permanência na *colocação* e dessa forma assegurar a condição de seringueiro. A Reserva Extrativista possibilitaria que um conjunto de colocações ligadas entre si permanecessem produtivas. Tecnologias voltadas para o aumento da produtividade poderiam ser implantadas e certamente seriam bem sucedidas.

Tendo clareza a respeito da especificidade da ocupação da floresta pelo seringueiro e do significado que tem a autonomia na história do *cativo*, cabe agora analisar as implicações sociais, legais e econômicas da implantação das Reservas Extrativistas.

4 RESERVA EXTRATIVISTA

Em termos preliminares define-se RESERVA EXTRATIVISTA como sendo uma área historicamente ocupada por populações que utilizam-se de produtos florestais para subsistência e comercialização de forma compatível com as características do ecossistema amazônico. A criação de uma Reserva Extrativista significa a legalização dessas áreas através da compatibilização entre uma forma específica de utilização dos recursos naturais com as regras atualmente existentes de regularização da propriedade fundiária.

A idéia partiu dos seringueiros da Amazônia como resultado da análise comparada de dois processos: o das sociedades indígenas e o da colonização. Da mesma forma como os índios têm áreas asseguradas por lei para seu uso exclusivo, os seringueiros entendem que também poderiam dispor de áreas semelhantes *reservadas* ao exercício de suas atividades. Definindo a colonização como *divisão das terras* entendem que essa alternativa de organização do espaço, em função do tamanho e da forma institucional que geralmente assume, torna incompatível a utilização da floresta tal como vem sendo feita atualmente.

As primeiras discussões dessa proposta foram realizadas em reuniões regionais no Amazonas, Acre e Rondônia, no ano de 1985, como etapas preparatórias do Primeiro Encontro Nacional ocorrido em outubro do mesmo ano.

Em Ariquemes, Rondônia, nos dias 31 de agosto e 1º de

setembro de 1985, os seringueiros compararam seu modo de vida com o dos índios e concluíram:

Da mesma maneira como os índios têm uma reserva indígena, seria interessante que se tivesse, também, uma reserva para o seringueiro... Não é nem questão de serem donos da terra, mas de ter aquela floresta ali onde estão os seringais, as colocações, que seja demarcada como reserva florestal para que eles continuem suas atividades extrativistas... Que sejam identificadas as áreas com maior densidade de árvores para que elas sejam preservadas e também as beiras dos rios, porque ali, mesmo que um pouco menos, mas ainda há seringueiras... É preciso impor ordem... a fim de manter aquele seringueiro, aquele castanheiro que vive pelas riquezas naturais, aquela riqueza que Deus deixou para o homem se alimentar. Dentro dessas reservas não tem só a seringa. Tem a seringa, a castanha, o buriti, o côco babaçu, a anta, a queixada, o caítitu e outras reservas naturais...

No Primeiro Encontro de Seringueiros do Estado do Acre realizado em Xapuri, nos dias 1º e 2 de outubro de 1985, foi divulgado um documento que afirma:

Impedir o desmatamento dos seringais. Fazer a desapropriação levando em consideração somente as benfeitorias dos mesmos, respeitando as colocações de seringa. A posse será definida em discussão com os seringueiros através de seus Sindicatos e entidades representativas... Nos opomos à abertura de novos projetos de colonização no Acre, pois até hoje eles só têm servido para transferir as tensões sociais do sul do país para o Acre... Os traçados dos projetos foram feitos sem nenhum critério, obrigando os colonos a entregarem suas terras aos larifundiários.

Em Pimenta Bueno, Rondônia, reunidos no dia 13 de se-

tembro, os seringueiros declararam:

Quanto à questão da terra, os seringueiros ressaltam querer terras livres onde não haja exigência do INCRA em este se transformar em colono.

Nos dias 4 e 5 de outubro, reunidos em Manaus, representantes de vários municípios do Amazonas divulgaram um documento onde afirmam:

Pede-se que, na titulação da terra para o seringueiro, não seja levado em conta os módulos pré-estabelecidos pelo INCRA, mas sim que obedeça as características das estradas de seringa a serem demarcadas por técnicos com a participação dos próprios seringueiros.

Em Novo Aripuanã, Amazonas, reunidos em junho e setembro, os seringueiros divulgaram um documento denominado *Lei dos Companheiros do Aripuanã* no qual afirmam:

Terra própria para os seringueiros. Divisão de terra específica para as áreas de seringais nativos. A área de terra pertencente a cada seringueiro, além das estradas de seringa, deve possuir uma reserva florestal para a execução de seus projetos de plantação e cultivo de seringueiras nativas, castanheiras, fruticultura e agricultura...

Esses são alguns dos inúmeros exemplos registrados nos quais os seringueiros apresentam propostas específicas para a regularização fundiária das áreas que ocupam na Amazônia. Durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília de 25 a 30 de maio de 1985, foi aprovada uma proposta encaminhada pelo representante do Acre, seringueiro, nos seguintes termos:

Proposição nº 30:

Que sejam concedidas aos seringueiros da região Amazônica áreas que obedecam à realidade local, variando entre o mínimo de 300 ao máximo de 500 ha.

Assim, quando 130 representantes dessa categoria reuniram-se pela primeira vez na história, em Brasília, a conclusão apresentada em seu documento final resumiu o conjunto deste debate nos seguintes itens:

NÃO DIVISÃO DAS TERRAS EM LOTES. DEFINIÇÃO DAS ÁREAS OCUPADAS POR SERINGUEIROS COMO RESERVAS EXTRATIVISTAS ASSEGURADAS AO USO PELOS SERINGUEIROS.

Acompanhando atentamente as discussões que vêm sendo feitas pelos seringueiros os índios da região norte têm se manifestado a respeito das reservas extrativistas, especialmente por entenderem que elas poderão se constituir em proteção às suas próprias reservas. Em campanha para a Constituinte, Biraci Brasil, índio da nação Iauanauã colocou em sua propaganda frases como as seguintes:

Índios e seringueiros em defesa da vida e da floresta.
Pelo respeito aos direitos dos povos indígenas.
Pela criação de reservas extrativistas.

Em resposta a um jornalista que lhe perguntou se era melhor ter do lado de uma área indígena uma reserva extrativista ou uma agropecuária, respondeu:

Não há nem dúvida. Hoje nós conseguimos responder por todo o movimento ecológico como seringueiro e como índio. Essa é a única maneira de buscar aliados, de nos sentirmos mais firmes: a criação de reservas extrati-

vistas. Porque sabemos que os seringueiros não vão devastar as matas, não vão fazer barragens nos rios nem acabar com os animais. Vão tirar o produto da seringa e da roça para desenvolver o Estado sem prejudicar a natureza.

(Jornal O Espírito da Coisa ano 1 nº2, Rio Branco, Acre, novembro 1986).

Desde que se configurou como uma proposta nacional dos seringueiros da Amazônia, a idéia de criar Reservas Extrativistas passou a ser analisada por órgãos governamentais ligados ao desenvolvimento da Amazônia e à questão fundiária.

A versão preliminar do Plano Regional de Reforma Agrária do Acre (dezembro 1985) assim se refere à questão dos seringueiros ao justificar um Projeto de Reforma Agrária para Extrativistas:

A figura do seringueiro-castanheiro, por sua importância social, cultural e econômica, deve ser valorizada através de uma nova perspectiva de exploração e uso da floresta...

A borracha é o produto de maior expressão econômica do sub-setor extrativo da economia acreana... Com relação à castanha do Pará, há destaque como segundo produto mais importante... pelo alto valor que representa na pauta de exportação... Essa atividade, tal qual o extrativismo da borracha, esteve subordinada ao processo de avanço da frente agropecuária, que desalojou expressivo contingente de seringueiros-castanheiros, que foram constituir os bairros periféricos de Rio Branco...

Em defesa do meio ambiente, o extrativismo da borracha e da castanha representa a garantia do equilíbrio ecológico. Assim, até que sejam definidos manejos adequados dos recursos naturais na região esta atividade será profundamente preservacionista.

O documento elaborado pela Delegacia Regional do INCRA em Rio Branco propõe uma experiência piloto com seringueiros a partir de um conjunto de diretrizes, sendo as mais importantes as seguintes:

Redefinição das áreas ocupadas pelos seringueiros como reservas extrativistas, asseguradas ao uso pelos mesmos;

As colocações ocupadas pelos seringueiros serão demarcadas pelo INCRA, em conjunto com os mesmos, conforme as estradas de seringa da colocação;

Realizar, junto aos seringueiros e centros de pesquisa, projetos piloto e experimentos de adensamento da floresta com espécies de valor econômico, objetivando a determinação de sistemas de exploração...

Também em Rondônia, em função das exigências definidas pelo Banco Mundial, relativas à preservação ambiental da área sob influência da BR 429, algumas iniciativas foram desencadeadas. Sob coordenação da SUDECO foi criado um Grupo de Trabalho, formado por representantes do IBDF, SEMA, POLONOROESTE, SUDHEVEA com o seguinte objetivo:

Estabelecer mecanismos que permitam garantir a conservação e exploração racional dos seringais nativos de Rondônia, com ênfase para o Vale do Guaporé/BR429. As áreas, cuja viabilidade for comprovada seriam transformadas em reservas legais. O direito de exploração será assegurado aos seringueiros que lá estiverem habitando e vivendo da exploração de borracha e outros produtos florestais, tais como castanha, poaia, óleos, etc. (Reunião de 2.9.86 para analisar Proposta de Criação de Reservas Extrativistas no Estado de Rondônia).

A nível internacional, deve-se salientar correspondên-

cia do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - financiador da estrada que liga Porto Velho a Rio Branco (BR 364) em resposta a uma carta a eles enviada pela Survival International - Londres, na qual são solicitadas informações relativas aos procedimentos de preservação ambiental que serão tomados na área de influência da rodovia:

A pilot project must begin which find suitable areas for the rubber tappers to live and work. The rubber tappers are as vulnerable as the indigenous groups to the potentially negative effects of the paving of the road, and it is important that their needs be taken into consideration during project execution. (May 20, 1986 A. Czarnecki em nome do Presidente Ortiz Mena).

Por último, matéria publicada no The New York Times, de 18 de novembro de 1986, a respeito das propostas mais recentes de conservação da vida selvagem, assim se refere às Reservas Extrativistas:

Another approach has been proposed by tappers of wild rubber trees in the Amazonian forest of Brazil. The tappers, a self-sufficient lot who live scattered throughout the Amazon, have organized into a cooperative and called for creation of "extractive reserves".

In these areas, rubber tapping and gathering of Brazil nuts would be allowed but not the cattle ranching, farming and logging that have proved so destructive of the rain forest - and of the tappers' livelihoods - in the past. The proposal is now under active consideration...

Se é possível deduzir que a idéia de criar Reservas Extrativistas na Amazônia encontra respaldo governamental, ainda é desproporcional o ritmo em se processam as modificações no

ecossistema e as medidas necessárias para implantá-las.

LIMITES DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Não existe, na legislação brasileira de proteção ambiental, a categoria Reserva Extrativista, uma vez que a lei expressa a divisão estabelecida, em nossa sociedade, entre o homem e o ambiente em que ele vive. Em algumas unidades (Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, por exemplo) estão protegidos os atributos da natureza, as reservas genéticas de flora e fauna para fins científicos ou educacionais. Em outras, (Áreas de Proteção Ambiental) atenta-se para o disciplinamento do uso do solo visando assegurar o bem-estar social ou melhorar as condições ecológicas locais, não interferindo, porém, na situação fundiária.

A inexistência de uma regulamentação que compatibilize a conservação dos recursos naturais e sua utilização por populações humanas talvez resulte de uma concepção equivocada das atividades econômicas chamadas de subsistência.

Nas regiões rurais do país, mais afastadas do mercado ou intermitentemente a ele ligadas, predominam atividades econômicas chamadas de artesanais, uma vez que geram excedentes de baixo valor, o que impede a capitalização. Parte significativa dessas atividades tem como característica uma relação de dependência frente aos recursos naturais, de cuja exploração deriva a sobrevivência. É o caso da pesca artesanal, da coleta de produtos florestais, da extração de madeira em pequena escala, da agricultura familiar.

Ou seja, nessas atividades econômicas são restritos os

níveis de tecnificação e os aumentos de produtividade, uma vez que o processo produtivo requer pequenos investimentos em capital.

Ocorre que, nessas circunstâncias, há um nível de necessidades que sempre é satisfeito: o da subsistência. Ou seja, nessas regiões, as populações não passam fome porque garantem suas necessidades básicas.

Um requisito, no entanto, precisa ser mantido para que essa situação perdure: o equilíbrio encontrado entre as necessidades sociais e culturais e os recursos naturais disponíveis. Quando, sobre estas áreas, têm início as atividades voltadas para a acumulação de capital (mineração, empresas agropecuárias, agricultura em larga escala), antecedidas das obras de infra-estrutura que lhes são peculiares e acompanhadas dos movimentos migratórios que lhes são típicos, tem início uma quebra desse equilíbrio. A utilização dos recursos naturais se modifica, a pressão populacional sobre as áreas de pesca, caça, coleta não permite mais que a subsistência seja garantida por esses meios.

Muitas vezes o objetivo desse modelo de desenvolvimento é a melhoria das condições de vida da população rural, através de sua inserção permanente no mercado. A consequência principal, no entanto, tem sido a desestruturação de um processo adaptativo bem sucedido e a inserção de uma população desqualificada e pauperizada nas áreas urbanas periféricas. Ali a subsistência muitas vezes deixa de ser possível porque não se pode mais lançar mão da oferta de alimentos existente na natureza.

Restam bolsões, em todo o território nacional, nos quais

diferentes grupos sociais ainda conseguem sobreviver a partir daquilo que retiram, quase sem modificações, da natureza. Nesses casos, ocorre um processo lógico e elementar: os recursos naturais são conservados porque disso depende a reprodução econômica e social destas populações.

Mas essa situação não está contemplada em nenhuma legislação. Ao contrário, em algumas áreas, ao ser criada uma unidade de conservação, o principal problema é a retirada da população que ali vive, há décadas, usufruindo daqueles recursos e permitindo, inclusive, sua manutenção.

De outro ângulo, quando se pensa em exploração racional dos recursos naturais está sub-entendida a atividade empresarial. É o que está contido no conceito da Floresta Nacional para cuja exploração econômica é preciso obedecer normas de licitação pública somente compatíveis com atividades de médio ou grande porte.

Restringem-se, portanto, as possibilidades de regularizar as áreas de economia extrativa, segundo as normas existentes atualmente, às seguintes possibilidades:

- a) Definição das áreas extrativistas como Florestas Nacionais, Estaduais ou Municipais, estabelecendo-se normas específicas para sua exploração, compatíveis com o uso tradicional feito, por eles, da floresta, sob a administração do IBDF.

Existem várias dificuldades na implementação dessa proposta. Embora seja possível a exploração econômica em uma floresta nacional, a legislação não prevê a ocupação humana nesse tipo de unidade ecológica. Além disso, as normas burocráticas exigidas para que

essa exploração se realize são totalmente incompatíveis com o modo como o seringueiro vive na floresta, especialmente a autonomia que desfruta e a oralidade de sua cultura.

Uma adaptação na lei não necessariamente significa a transformação institucional de um órgão que lida com a administração dos recursos florestais para lidar com pessoas. A ação dos funcionários e técnicos do IBDF tem tradição fiscalizadora e policial. Transformar essa prática (necessária, em si mesma, para que o Código Florestal seja cumprido) visando o desenvolvimento econômico e social da floresta e de sua população não seria possível sem uma completa reformulação nos objetivos do órgão;

- b) Definição dos seringais como Área de Proteção Ambiental nas quais seria regulamentado o uso dos recursos florestais de acordo com critérios de sustentabilidade próprios da atividade extrativa.

Uma vez que essa unidade de conservação não interfere sobre os aspectos fundiários, pouco poderia contribuir na solução do problema. No caso das empresas extrativas tradicionais, o proprietário é o primeiro interessado em conservar a floresta porque tira seus rendimentos dela. Ele mesmo estabelece a fiscalização sobre as seringueiras, as castanheiras e proíbe o desmatamento.

Não se adequaria, por outro lado, a situação daquelas que reivindicam as Reservas Extrativistas, os seringueiros autônomos, ao não entrar no mérito da

propriedade da terra.

Poderia ser uma medida cautelar sobre os seringais e castanhais evitando sua devastação. Embora exista legislação adequada proibindo o corte dessas espécies florestais, a APA poderia disciplinar e racionalizar o uso do ecossistema como um todo, uma vez que somente a proteção às unidades não é suficiente.

Uma conclusão preliminar aponta para a necessidade de ser definida uma unidade de conservação específica cujos termos seriam os seguintes:

Reservas Extrativistas são áreas ocupadas e/ou destinadas aos grupos sociais que têm sua sobrevivência dependente da utilização de produtos nativos da floresta e realizam uma exploração ecologicamente sustentada.

É evidente, no entanto, a existência de uma questão fundiária a ser melhor analisada e equacionada.

A QUESTÃO FUNDIÁRIA

Há uma situação de grande complexidade e desconhecimento com relação à situação fundiária nos seringais da Amazônia. Algumas razões explicam esse fato.

Originalmente, os seringais foram formados com base na capacidade de alocação de mão-de-obra em áreas de concentração de seringueiras, das quais já havia sido expulsa ou eliminada a população indígena nativa. Instalado um precário barracão na beira do rio o domínio de seu proprietário se estendia até onde ele conseguia fazer chegar o trabalhador. Os limites foram sempre definidos pelo número de seringueiras existentes, iden-

tificadas, ou em exploração e os limites das micro-bacias Medidas como o hectare ou o alqueire, passaram a existir nas últimas décadas.

As crises na economia da borracha levaram a uma diminuição da capacidade de exploração dos seringais e até ao abandono de muitas áreas. Nelas permaneceram os seringueiros sem que ninguém viesse reivindicar a propriedade. Há casos, portanto, que podem ser vistos sob o ângulo dos direitos de usucapião.

Em outras situações, os seringueiros interromperam o pagamento da renda ao terem conhecimento de que viviam em áreas sem titulação. Fixaram-se nas colocações procurando garantir direitos de posse.

Situações mais complexas existem como é o caso do Acre, objeto de cinco titulações diferentes - da Bolívia, da Província do Amazonas e do Estado Independente do Acre - anteriores à sua incorporação definitiva ao Brasil; e de duas posteriores, do Território e do Estado do Acre. Além disso, grande parte de seu território localiza-se em área de fronteira com limitações ao uso derivadas dessa situação.

Assim, raramente a documentação existente sobre as terras que foram vendidas recentemente, é incontestável. Mesmo porque, predominou no Acre, desde os primeiros anos do século, a prática de registro da propriedade em cartórios públicos, sem terem origem em ato do poder constituído.

Sobre essa situação complexa estabeleceu-se uma forma também pouco comum de exploração econômica cujos principais elementos já foram analisados. Mas não todos.

A crise na economia da borracha introduziu uma modifi-

cação importante na empresa seringalista: os seringueiros passaram a realizar todas as atividades ligadas ao processo produtivo que anteriormente eram de responsabilidade do seringalista.

Hoje, os seringueiros localizam as árvores nativas, fazem abertura de piques e abrem as *estradas de seringa* (trabalho feito antes pelo mateiro); todo início do fábriço limpam e preparam as *estradas*, constroem pontes, escadas, fazem a raspagem nas árvores, instalações de tijelas, do defumador ou da prensa, coleta de combustível na mata, armazenamento e em muitos casos, transporte até o barracão (trabalho feito antes por empregados).

Ou seja, todos os custos de produção são arcados pelos seringueiros. Além disso, pagam renda pelo direito de explorar uma área de floresta e pagam com juros a aquisição dos instrumentos de trabalho e dos bens de consumo, como já se viu.

Os seringalistas somente transportam a borracha dos centros de produção para as cidades e as mercadorias de consumo para os seringais. No entanto, mesmo tendo havido essa mudança nas atividades econômicas de cada um, o seringalista - agora um comerciante, muitas vezes sem título definitivo sobre a terra - é considerado o produtor de borracha nativa sendo beneficiado com subsídios ao preço da borracha e financiamentos com juros abaixo do valor de mercado para explorar os seringais.

Em síntese, existem seringueiros que vivem em terras públicas, outros em áreas sem titulação adequada, em conflito permanente contra a transformação dos seringais em fazendas.

Mais do que uma situação de ambiguidade dominial, exis-

te um direito derivado da utilização econômica permanente da floresta, atividade que tem sido responsável pela renda gerada na Amazônia desde o século passado, sem que os verdadeiros produtores tenham sido considerados como tal. E um direito à colocação como unidade básica da exploração produtiva dos seringais.

A regulamentação fundiária dos seringais nos quais vive o seringueiro autônomo não apresenta problemas técnicos; o direito de posse está garantido pelo Estatuto da Terra. Trata-se de adequar a uma situação concreta, parâmetros já definidos teoricamente e incluídos no Plano Nacional de Reforma Agrária.

Um dos requisitos com relação ao qual os seringueiros têm sido enfáticos é a incompatibilidade entre o uso extrativista da floresta e o parcelamento em lotes individuais, de acordo com os módulos regionais, forma tradicional de regularização fundiária adotada pelo INCRA. As experiências de colonização efetivadas entre seringueiros na Amazônia, que seguiram esses critérios, faliram. E as razões são óbvias. Conforme já foi demonstrado, a *colocação* é uma unidade de produção diversificada na qual combinam-se atividades agrícolas, extrativas, coletoras, com a caça, pesca, criação de animais domésticos configurando um espaço cuja lógica, não pode ser traduzida em linhas delimitadas rigidamente. As colocações estão entrelaçadas entre si através das estradas de seringa. Isso não quer dizer que não existam domínios familiares definidos. Existem e sempre são respeitados. Mas não podem ser quebrados ou o sistema se torna inviável.

A proposta apresentada pelos seringueiros é a indivisibilidade dos seringais. A maneira como a unidade seria mantida

não tem uma solução unânime nem definitiva. Para alguns, essa unidade estaria garantida se as áreas extrativistas fossem domínio da União com concessão de uso aos seringueiros. Para outros, basta a titulação individual respeitados os limites tradicionais das colocações.

Proposta sugestiva foi apresentada em um estudo feito pela antropóloga e advogada Ligia Simonian, a pedido do Conselho Nacional dos Seringueiros: as Reservas Extrativistas seriam implantadas como propriedade condominial sobre as quais seriam sobrepostas Áreas de Proteção Ambiental visando a regulamentação do uso dos recursos. (1986 e 1987).

Do conjunto da literatura já produzida sobre o assunto (Allegretti e Fígoli 1985; Allegretti 1986; Allegretti e Schwartzman 1987; Simonian 1986 e 1987; Salati 1986; INCRA 1986; IBDF 1986; SEMA 1986 a e b) pode-se organizar algumas proposições sínteses:

- 1) Realização de um zoneamento dos recursos naturais na Amazônia no âmbito do qual não seria permitida a transformação de áreas de seringueiras, castanheiras e demais produtos florestais de valor econômico reconhecido e potencial em empresas agrícolas ou pecuárias;
- 2) Reconhecimento imediato da posse extrativista em sua peculiaridade econômica e ambiental e garantia de permanência nas áreas das populações que realizam um uso sustentável dos recursos florestais;
- 3) Criação de uma unidade específica de conservação ambiental denominada Reserva Extrativista incorporando em sua conceituação e no seu manejo os elementos defi-

nidores da economia, da vida social e da cultura da floresta;

- 4) Elaboração de um conjunto de programas tecnológicos, econômicos, sociais e culturais adequados à modificação do padrão de vida dos trabalhadores florestais.

Quando os seringueiros e as organizações não-governamentais que os assessoram falam em Reserva Extrativa estão se referindo a esse conjunto de medidas, ou seja, a uma política de desenvolvimento da floresta amazônica.

5 O DESENVOLVIMENTO DA FLORESTA

Quando um seringueiro tenta interromper o processo de destruição da floresta na área onde vive, através de uma medida tão simples e limitada como é o *empate*, certamente age movido pela visualização direta e pelo impacto de ver cair aquelas árvores com as quais partilhou, durante muitos anos, o cotidiano do seu trabalho. Se tivesse a dimensão do ritmo no qual está se dando o desmatamento na Amazônia ficaria indignado diante da impotência desse ato, por mais significativo que possa ser para ele e para nós.

Fotos de satélite (NOAA) divulgadas pela NASA mostram que em 1982 a área desmatada em Rondônia era de 10 mil km² (um milhão de hectares) correspondendo a 4% da área do Estado. Em 1985 as fotos mostram que a área desmatada já atingiu 27 mil km² (2 milhões e 700 mil hectares), correspondendo a 11% da área do Estado. Isso quer dizer que, em três anos, a área desmatada praticamente triplicou. Comparando uma série histórica maior percebe-se que o desmatamento em Rondônia duplica a cada dois anos. Seguindo essa projeção, em 1987 a área desmatada deverá atingir cerca de 5,4 milhões de hectares (54 mil km²). A esse ritmo, Rondônia que possui área total de 243.044 km², estará totalmente desmatada no máximo em 1992, ou seja, daqui a cinco anos. (conf. RODRIGUES 1987)

Para o Acre não existem dados comparativos a nível de imagens de satélite, mas fotos de 1985 mostram uma

área já desmatada de 5.400 km² (540 mil hectares) correspondendo a cerca de 3,5% da área do Estado. (idem, ibidem)

Em ambas as regiões o desmatamento tem nas estradas sua via principal de expansão, abrindo-se paralelamente a elas à medida em que as terras vão sendo valorizadas, adquiridas e modificadas.

As taxas de desmatamento são um interessante classificador do tempo e da história da Amazônia indicando duas formas opostas de exploração dos recursos produtivos. Até duas décadas atrás a floresta era a principal fonte de riquezas desde que as especiarias que ela oferecia aos exploradores, no início da colonização, eram consideradas como produtos de grande valor comercial nas metrópoles. Assim foi também com a borracha e a castanha.

A riqueza resultava da adequada utilização dos produtos da floresta e de sua conservação.

Euclides da Cunha relata de sua viagem à Amazônia em 1905 os procedimentos adotados contra quem não seguia à risca determinados cuidados com a árvore ao realizar a extração do látex. O seringalista cobrava, nessas ocasiões...

- ... a pesada multa de 100\$000... e estes crimes abomináveis:
- a) Fazer na árvore um corte inferior ao gume do machado;
 - b) Levantar o tampo da madeira na ocasião de ser cortada;
 - c) Sangrar com machadinha de cabo maior de quatro palmos. (1976:111)

O valor econômico da floresta, hoje, parece ser tão baixo que qualquer atividade que no lugar dela se desenvolve possibilitará lucros maiores ao seu empreendedor. Até mesmo a simples derrubada sem utilização econômica imediata, pode se

transformar, em certos contextos, em um mecanismo de valorização mercantil da terra.

Em algumas áreas do Acre, os seringueiros posseiros, entrando em acordo com os fazendeiros, saíam das colocações nas quais moravam e, indenizados, passavam a trabalhar em outras áreas de floresta ou ficavam algum tempo na cidade. Voltando ao local original e encontrando ali a mata sem ser explorada, novamente se instalavam e continuavam a trabalhar conforme sua própria tradição. A regularidade desse fato demonstrou aos fazendeiros que somente a derrubada da mata poderia inviabilizar o retorno do trabalhador extrativista ao seu espaço habitual de sobrevivência.

Nesse caso a floresta passou a ser um espaço simbólico de disputa pelo poder de nela permanecer, um ou outro dos seus pretendentes. Retirando-a do seu caminho, o fazendeiro adquire efetivamente a exclusividade porque a terra sem sua cobertura não tem valor algum para o seringueiro. Chega-se, assim, ao extremo de derrubar a mata por ser esta a única forma de impedir que ela venha a ser novamente explorada pelos posseiros.

A disputa em torno da floresta significa, hoje, um confronto entre duas modalidades distintas através das quais a política governamental está orientando o desenvolvimento da Amazônia. Uma, de incentivo à pecuária, através da SUDAM; outra, de incentivo à borracha, através da SUDHEVEA. A primeira surgiu a partir de uma avaliação dos resultados da segunda, na década de 60, concluindo-se pela necessidade de uma vir a substituir a outra em curto prazo de tempo.

A avaliação da atividade extrativa da borracha apontou para a sua inviabilidade a médio prazo em função da falta de

competitividade no mercado internacional, em decorrência da baixa produtividade dos seringais nativos frente aos de cultivo e à diferença de preços entre ambos. Os diferenciais de preço no mercado internacional teriam como causa principal o alto custo de produção no seringal nativo. Do ponto de vista social, a atividade sempre foi vista como um atestado permanente de atraso e pobreza imputado aos produtores.

Dessa avaliação resultou, de um lado, a necessidade imperativa de diversificação das atividades econômicas regionais, através do incentivo à agropecuária; de outro, a definição de uma política de transição do seringal nativo para o seringal de cultivo. Enquanto essa substituição não viesse a ocorrer, o seringal nativo permaneceria sendo incentivado, pela sua função social como fonte de emprego e renda para grande parte da população rural da Amazônia.

Dados atuais fundamentam essa avaliação.

Tanto em termos de volume de produção, regularidade de oferta, quanto de preços, a borracha cultivada supera a nativa, tornando irreal uma competição entre ambas. No mercado internacional, hoje, a borracha proveniente das plantações do Sudeste Asiático tem um preço igual a US\$ 0.72 o quilo, enquanto o preço da borracha natural do Brasil é de aproximadamente US\$ 1.95 o quilo. Além disso, nos próximos dez a vinte anos, os seringais de cultivo do centro-sul do país certamente estarão produzindo quantidades suficientes de borracha para o mercado interno, como resultado dessa nova orientação política.

A fórmula encontrada para permitir a presença da borracha nativa no mercado, apesar de sua baixa rentabilidade, foi o estabelecimento de um imposto que equaliza os preços da bor-

racha importada aos da borracha produzida na Amazônia. Essa política protecionista resultou do contexto de guerra na década de 40, no qual a produção de borracha nativa foi subsidiada pelo governo americano, mantendo-se a mesma orientação após o conflito. A diferença de preços, arrecadada através da TORMB (Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha) permite ao Brasil incentivar o cultivo da seringueira assim como financiar a exploração dos seringueiros nativos.

Foi o poder de pressão da classe seringalista da Amazônia que conseguiu, de várias formas diferentes, desde o início do século, manter a borracha nativa no mercado mesmo com índices baixos de produtividade. Isso porque, ao nível regional, a borracha e a castanha, (como atividade complementar), sempre tiveram um peso significativo na geração de renda e emprego. Mesmo a política de incentivos à pecuária e à agricultura não alterou essa situação em alguns Estados.*

Em 1970 o total da produção vegetal (extração, agricultura e madeira) para os estados do Acre, Amazonas e Rondônia soma aproximadamente US\$ 72,439,780. A borracha sozinha responde por 17.91% deste valor e os produtos extrativos como um todo (borracha, castanha, outras amêndoas oleosas e fibras) por 22,96%. O único produto agrícola significativo é a mandioca, respondendo por 28% do total do valor nos três estados claramente uma cultura de subsistência.

Em 1980 a participação da extração cai para aproxima-

*Os dados e as análises apresentadas a seguir têm como fonte relatório recém concluído elaborado por Allegretti, M.H. e Schwartzman, S., 1987.

damente 14.92%. Se a extração de madeira, insignificante nos três Estados em 1970 é contabilizada, madeira e extrativismo significam 21.5% do valor total. No mesmo período a mandioca cai para 18,6% do valor total. A borracha e a mandioca ainda respondem por quase um terço do total da produção de produtos vegetais, permanecendo esta última, uma produção de subsistência. No Acre e Amazonas a borracha, na realidade, aumenta sua participação no valor total da produção vegetal na década. Estes dois Estados são os maiores produtores de borracha no Brasil, tanto em 1970 quanto em 1980, e durante quase toda a década.

De 1970 para 1980 a produção extrativa gera um valor maior do que a pecuária nos três Estados. A produção de carne em Rondônia, Acre e Amazonas soma aproximadamente 33,45% do valor em dólar da produção extrativa (aproximadamente US\$ 5 milhões para o primeiro e mais ou menos US\$ 17 milhões para o último). Em 1980, a carne gera um valor equivalente a aproximadamente 72,5% da produção extrativa, considerando unicamente a borracha, castanha, amêndoas oleosas e fibras. Se o valor da madeira (tora, carvão e lenha) abaixo de US\$ 1 milhão em 1970, é acrescido em 1980, a carne chega a pouco mais de 50% do valor dos recursos florestais.

No caso do Acre, a transformação no uso da terra e o significado da extração na economia regional podem ser vistos mais claramente. De 1970 para 1982, a borracha foi o principal produto de exportação do Estado, seguida da castanha. A pecuária e a carne não aparecem e os produtos agrícolas, no ano em que apresentaram maior peso nas exportações, 1975, chegaram a 4.2% do total. Em 1980, a borracha responde por 96% do total

das exportações, acima de 84%, verificado em 1970. Em termos de renda do estado, a borracha responde, sozinha, pela maior parte do ICM, entre 1974 e 1983, oscilando entre 65% e 93% do total do ICM do setor primário e entre 24% e 87% do total do ICM do Estado.

O cálculo dos valores por hectare na pecuária, agricultura e extração mostra alguns resultados inesperados. Considerando as áreas ocupadas pela pecuária, agricultura e extração no Acre em 1970 e os valores em dólar gerados pelas três atividades no mesmo ano, a produção de carne rende um valor aproximado de US\$ 3,24 por hectare, a agricultura US\$ 14,25 enquanto a extração rende US\$ 2,49 por hectare. Em 1980, os valores por hectare aumentam para US\$ 3,72 para a pecuária, US\$ 19,42 para agricultura e US\$ 8,99 para a extração, crescendo 14.8%, 36.28% e 261% respectivamente.

O enorme crescimento na área dedicada à pecuária (já apontado no item 3) não é acompanhado de crescimentos proporcionais seja em volume de produção ou em produtividade. A extração, por outro lado, cresce muito em produtividade por hectare com a queda dos grandes estabelecimentos e a crescente participação dos seringueiros autônomos no setor. O volume de produção de borracha cresce modestamente (11%) enquanto a área explorada decresce, tal como o crescimento em valor por hectare no extrativismo é muito maior que o da pecuária e agricultura juntos.

Esses dados provocam uma reflexão interessante do ponto de vista da sustentabilidade, a médio e longo prazo, das atividades econômicas desenvolvidas nas florestas tropicais.

Se, no período de dez anos, tendo como base de referên-

cia do Estado do Acre, um hectare utilizado para a pecuária apresenta um mesmo rendimento; se a isto for acrescido o desgaste dos solos em função da insustentabilidade dessa atividade em áreas de floresta tropical (Goodland 1980; Hecht 1985); se, no mesmo período, sem danos ao ecossistema, a extração vegetal apresenta um rendimento inúmeras vezes superior; qual o resultado esperável em um prazo maior de tempo? Extrapolando os dados apresentados, em vinte anos, enquanto um hectare de terra renderá US\$ 37,20, o mesmo espaço, utilizado na produção extrativa, renderá US\$ 179,80.

Sintetizando as informações, surge uma equação contraditória: a produção extrativa vegetal, especialmente a borracha, é uma atividade que sustenta a economia regional da Amazônia, apresenta rendimentos por hectare maiores que a pecuária e a agricultura, tem um nível alto de sustentabilidade a longo prazo, mas não tem poder de competitividade no mercado em função dos altos custos de produção.

A base de cálculo para os preços da borracha nativa propostos pela SUDHEVEA ao Conselho Nacional da Borracha e ao Conselho Interministerial de Preços está exposta em um estudo realizado pela FEALQ (1983) cuja referência é a empresa seringalista tradicional, exclusiva na Amazônia até anos recentes, como já foi salientado. Este estudo, explicitamente, não leva em consideração a produção autônoma. E conclui que o custo que mais pesa no total é o custo do consumo realizado pelas famílias dos seringueiros e que isso se deve, em grande parte, ao fato de que os custos dos seringalistas são repassados para seus fregueses.

Ou seja, os custos de produção da borracha nativa são

altos quando esta produção é feita nos termos da empresa seringalista tradicional. E toda a política de proteção à borracha nacional está fundamentada unicamente nessa constatação, parcial frente ao que efetivamente ocorre ao nível da produção.

Conforme pode ser deduzido das análises feitas nos itens anteriores, o custo de produção da borracha nativa, para o seringueiro autônomo, é extremamente baixo, uma vez que ele retira sua subsistência quase inteiramente da floresta e não existem investimentos em capital na produção dessa matéria-prima. Se esses produtores tivessem condições de organizar a distribuição da borracha através de sistemas cooperativos, assim como adquirir os produtos de consumo pelo mesmo processo, certamente melhorariam seu padrão de vida e entregariam no mercado um produto com um custo muitas vezes mais baixo do que o que é estipulado oficialmente.

As conclusões que o estudo da FEALQ apresenta ratificam esse argumento. A única possibilidade de baixar o custo de produção da borracha nativa seria através da organização dos seringueiros autônomos de tal forma que conseguissem obter um preço mais alto para o produto e comprassem bens de consumo a preços mais baixos. Ou seja, a eliminação do intermediário é um pré-requisito crucial para tornar a borracha nativa mais viável economicamente e melhorar a renda dos seringueiros.

O preço da borracha nativa para usos industriais inclui o preço controlado, em teoria pago pelos seringalistas aos seringueiros, mais 20%. O preço para a indústria poderia ser diminuído e aquele pago aos seringueiros aumentado através da comercialização direta.

De qualquer forma, o custo de produção para os serin-

gueiros autônomos nunca foi calculado. E isto, por si sô, impõe um viês na análise da política para a borracha, cuja correção poderá abrir um novo campo de discussão até então nunca equacionado.

O padrão de vida dos seringueiros, assim como o das comunidades indígenas, e daqueles segmentos chamados de subsistência, comparado ao dos assalariados rurais, é melhor, e a diferença resulta do acesso dos produtores extrativistas ao que Hecht (1985) chama de "subsídio de natureza" na forma de caça, pesca, coleta de materiais para a casa, móveis, ferramentas, alimentação e plantas medicinais oriundas da floresta.

Se no caso dos seringueiros tradicionais, ligados ao barracão, esse subsídio se anula na medida em que os custos de reprodução da empresa extrativa são repassados aos seringueiros, para os autônomos tal não ocorre. Ou ao menos, há uma permanente tentativa para que a rentabilidade dessa atividade fique em suas mãos. Desse ponto de vista, mais significativo, ainda, parece ser o *empate*.

Não sô. De posse dessas informações pode-se entender algo que, a princípio, não é claro para quem não conhece a questão da borracha nativa do ângulo da produção, ou seja, para quem nunca foi a um seringal e, portanto, não teve oportunidade de verificar um ângulo dessa questão que não está disponível para a análise nas livrarias ou bibliotecas, porque seus personagens ainda não fazem parte da sociedade brasileira: os seringueiros não querem sair do seringal.

É evidente que as razões que explicam esse pensamento podem ser inúmeras e variadas. Mas a Antropologia tem o mérito de nos ensinar a dar credibilidade à opinião daqueles que pes-

quisamos. E foi isso que nos conduziu a um caminho de interrogações - muitas ainda sem resposta - quando nos deparamos diante de uma história de marginalização e super exploração do trabalho, de uma realidade na qual sequer o direito à alfabetização e à livre circulação existem, mas que produz nos seringueiros a decisão de permanecer nos seringais. Como explicar?

Cabe lembrar a resposta de um seringueiro do rio Tarauacá, quando lhe fiz essa pergunta em 1978:

A solução não é sair do seringal. É nós viver no seringal, trabalhando no seringal, mas existir lei prá nós ter valor, prá nós não ser desvalorizado. Que nós somos desvalorizado, nós não tem valor de nada, e no entanto era de nós ter valor de tudo. Porque a senhora sabe que a borracha é o leme do mundo. É. Nê? O brio do Brasil é a borracha. É nós é que produzem. Nós, todo seringueiro produz e nós não tem valor de nada...

O valor que os seringueiros reivindicam está preso a uma imagem sobre a borracha, produzida na época da segunda guerra, ou mesmo antes, transmitida de geração em geração, nos seringais, nunca confrontada com as modificações decisivas que ocorreram desde então. Embora essa visão seja mais solidificada entre os seringueiros *cativos*, dos altos rios, em função do isolamento cultural em que sempre foram mantidos, também ocorre entre os *libertos*, os autônomos, cujo conhecimento sobre o mundo moderno já se ampliou nos últimos anos.

Mesmo assim, quando em 1985 foi realizado o primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia, em Brasília, e a falência do seringal nativo foi apresentada por diferentes expositores, muitos participantes, que pela primeira vez em suas

vidas haviam saído da mata, recusaram-se a aceitar. Levantaram-se do auditório indignados, revoltados com aquilo que supunham ser uma traição e uma ofensa de quem lhes falava sobre a destruição de um mito alimentado por *patrões* e também pela Rádio Nacional, da Amazônia diariamente. "Foi um crime que fizeram com esta gente", sintetizou o expositor, diante da reação exaltada da platéia.

É um crime - o da sonegação da informação - que ainda perdura no interior da Amazônia. Mas que é hoje enfrentado por eles através do Conselho Nacional dos Seringueiros, criado nessa ocasião.

Os seringueiros sabem que, *havendo lei e sendo respeitada*, a vida pode ser muito boa na floresta. É possível viver da borracha. Experiências de cooperativismo tem possibilitado a índios e seringueiros uma elevação do padrão de vida. Escolas e postos de saúde criados por organizações não-governamentais demonstram que o futuro pode ser diferente do presente.

Medidas recentes, adotadas em setembro e outubro do ano passado, por parte do Ministério da Indústria e do Comércio, visam alterar a política da borracha, com soluções que não beneficiam os seringueiros, porque facilitam as importações, diante da ausência da matéria-prima no mercado. A produção de borracha responde com grande sensibilidade tanto a aumentos quanto a congelamentos de preços. Quando foi decretado o Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, o preço da borracha havia sido aumentado, pela última vez, em outubro do ano anterior. E o congelamento de preços nunca existiu nos seringais.

A partir de junho do ano passado, começou a mais séria crise já ocorrida na comercialização da borracha. Os preços no

seringal, (Cz\$ 7,00 o quilo) mantidos muito abaixo da tabela oficial (Cz\$ 14,00) e os bens de consumo sendo permanentemente alterados, conduziram os seringueiros tradicionais ao endividamento e à miséria.

Em dezembro, decidiram reagir. E em janeiro tiveram uma audiência com o Ministro da Indústria e do Comércio. A pauta que apresentaram foi reconhecida como justa e aprovada:

- 1) Acesso às informações e às propostas que o governo tem para a borracha.
- 2) Participação na Comissão Consultiva do Conselho Nacional da Borracha na categoria de produtores de borracha nativa.
- 3) Garantia de mercado para o produto nativo, assegurada ao produtor direto.
- 4) Preços de sustentação, reajustados de acordo com a inflação e compatíveis com a sobrevivência dos trabalhadores extrativistas.
- 5) Criação de um grupo de trabalho que analise em profundidade a situação das populações extrativistas da Amazônia com o objetivo de identificar soluções permanentes e de longo prazo.

O argumento que sustenta essas reivindicações é, em primeiro lugar, social: essas populações não podem ficar, de uma hora para a outra, sem alternativas de sobrevivência; em segundo lugar, legal: o direito que têm às áreas de floresta onde vivem; em terceiro, ambiental: eles preservam a floresta; e por último, econômico: querem melhorar as condições de produção da borracha e de utilização da floresta e de suas riquezas.

Esse conjunto de proposição está sintetizado na idéia de Reserva Extrativista.

A criação de Reservas Extrativistas não significa a cristalização de relações econômicas e sociais tais como se encontram hoje, nem a desconsideração com a produtividade e com a modificação do padrão de vida dos seringueiros. Ao contrário, supõe um modelo de *desenvolvimento da floresta*, porque essa é uma das principais riquezas da Amazônia.

Quando, em 1978, voltei de um seringal *de alto rio*, pela primeira vez, tinha certeza de que a razão que me levara até lá - uma dissertação de mestrado - havia passado para segundo plano diante daquela que havia surgido ali - fazer uma escola para alfabetizar os seringueiros, dentro da mata, de acordo com sua maneira de entender o mundo. Isso se tornou realidade em 1981.

Quando, em 1985, o Brasil começou a discutir os rumos de seu futuro e os seringueiros continuavam ausentes do cenário político da Amazônia e conseqüentemente, de todo país, decidi que iria reuni-los e abrir espaço para que falassem. Isso ocorreu oito meses depois.

Se conquistarmos espaço para estas idéias, certamente estaremos criando, em breve, uma Reserva Extrativista. Ao menos para demonstrar que a Amazônia pode ser desenvolvida sem que seja necessário, para que isso aconteça, a transposição de sistemas tecnológicos incompatíveis com a floresta tropical.

A tecnologia que queremos gerar é aquela que torne possível levar para dentro da floresta um nível de bem-estar que responda aos anseios de seus habitantes. Isso tanto poderá significar atendimento médico volante, feito por agentes de

saúde treinados para este fim, quanto um sistema de transporte apropriado para os caminhos da mata; ou mini-usinas que beneficiam a borracha e vendem uma matéria-prima de alta qualidade, diretamente para a indústria, a preços compensadores; ou então, luz elétrica e água encanada para cada colocação e livros que possam circular em uma biblioteca móvel transportada pelos mesmos animais que levam as crianças para as escolas...

Por que não?

Esse, certamente, não é um conceito original de desenvolvimento. É, simplesmente, aquilo que a maioria absoluta da sociedade brasileira deseja. Com uma peculiaridade, talvez. Para os seringueiros tudo isso significa liberdade. Que só é completa quando ele está dentro da floresta.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 ALLEGRETTI ZANONI, Mary Helena. Os Seringueiros - estudo de caso em um seringal nativo do Acre. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Mimeo. 1979.
- 2 ALLEGRETTI, Mary Helena. Projeto: Encontro Nacional de Seringueiros. INESC, Dossiê sobre o 1º Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. Brasília, Mimeo. 1985.
- 3 ALLEGRETTI, Mary Helena e FIGOLI, Leonardo. Extrativismo na Amazônia; Alternativas Econômicas e Sociais frente ao impacto da BR 364. Brasília, Mimeo. 1985.
- 4 ALLEGRETTI, Mary Helena. Conservação de Áreas de Economia Extrativa na Amazônia. PMACI/IPEA. Brasília, Mimeo. 1986.
- 5 ALLEGRETTI, Mary Helena e MILLIKAN, Brent. PILOT-STUDY OF EXTRACTIVE RESERVES IN AMAZONIA. Projeto de Pesquisa. Governo do Estado da Rondônia, SEAGRI, IEF - UNEP, Porto Velho, Mimeo. 1986.
- 6 ALLEGRETTI, Mary Helena e SCHWARTZMAN, Steve. EXTRACTIVE RESERVES: A SUSTAINABLE DEVELOPMENT ALTERNATIVE FOR AMAZONIA. Report to World Wildlife Fund US., Washington, Mimeo. 1987.
- 7 CNS - CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. UNI - UNIAO DAS NAÇÕES INDÍGENAS - NORTE. Em defesa de uma política para a borracha adequada a seringueiros e índios da Amazônia. 1987.
- 8 CUNHA, Euclides. Um paraíso perdido: reunião dos ensaios amazônicos. Vozes, INL. 1976.
- 9 DOCUMENTO FINAL. Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. Brasília. INESC/Dossiê. Mimeo. 1985.

- 10 FEALQ - Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz. José Ferreira de Noronha et al. Custo de Produção da Borracha Natural em Seringais Nativos. Mimeo. 1983.
- 11 HECHT, Susanna B., ANDERSON, Anthony B. and MAY, Peter H. The Subsidy from Nature: Shifting Cultivation, Successional Palm Forests, and rural Development. Mimeo. 1986.
- 12 IEA - INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS. ALMEIDA, Mauro Barbosa de. ALLEGRETTI, Mary Helena. RODRIGUES, Gomercindo Clóvis Garcia. A Política da Borracha e os seringueiros Amazônicos. Brasília, Mimeo. 1987.
- 13 INESC. Dossiê sobre o 1º Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. Brasília. INESC/Dossiê. Mimeo. 1985.
- 14 INCRA. Reservas Extrativistas. Minuta de proposta com vistas à integração dos órgãos participantes no desenvolvimento do projeto. Brasília. Mimeo. 1986.
- 15 IBDF. Of. nº 106/86 - CPE/IBDF referente à proposta Conservação de Áreas de Economia Extrativa na Amazônia de M. H. A., Brasília. 2 junho 1986.
- 16 PINTO, Nelson Prado Alves. Política da Borracha no Brasil: A Falência da Borracha Vegetal. Ed. Hucitec. São Paulo. 1984.
- 17 RODRIGUES, Gomercindo Clóvis Garcia. Amazônia: a devastação planejada avança. Jornal Gazeta do Acre, 28.1.1987.
- 18 SALATI, Enéas. Problema dos Seringueiros/Castanheiros. IPEA, Brasília, Mimeo. 1986.
- 19 SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia. (1800-1920). T. A. Queiroz, Editor, Ltda. São Paulo. 1980.
- 20 SEMA. Of. nº 000171 referente à proposta Conservação de Áreas de Economia Extrativa na Amazônia de M.H.A., Brasília, 25 Abril. 1986.

- 21 SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Reserva Extrativista - um parecer sobre sua viabilidade no contexto da reforma agrária em implantação. Consultoria realizada para o Conselho Nacional dos Seringueiros. Brasília. Mimeo. 1986.
- 22 SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes/Coordenadoria de Terras Indígenas/SG/MIRAD. Sobre como definir/Regularizar as áreas de pretensão dos seringueiros/castanheiros - sugestões para o PMACI. Brasília. Mimeo. 1987.

ANEXOS

1.2 VALUE

99

	U.S. \$ 1,000			U.S. \$ 1,000			U.S. \$ 1,000	
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
1. Açai fruits	n.a.	2,068	2,104	6,568	6,838	7,571	9,808	8,097
2. Andiroba	14	21	11	9	13	0	19	43
3. Babaçu nuts	204	223	124	135	57	74	38	21
4. Balata	166	189	516	563	426	408	266	236
5. Brazil nuts	8,597	12,619	16,286	20,980	19,358	17,072	12,767	11,597
6. Caucho	130	348	268	354	842	1,188	1,119	1,557
7. Copaiba	378	22	19	46	179	37	19	107
8. Cumaru	21	15	17	67	72	111	285	301
9. Hevea latex	20,127	12,483	14,723	19,647	24,085	31,063	39,439	n.a.
9. Hevea liquid	476	442	512	484	717	1,113	2,940	1,063
10 Jatoba	10	13	5	15	14	0	38	21
11 Macaranduba	248	237	235	237	270	334	247	226
12 Murumuru	6	2	2	1	1	0	0	0
13 Palmito	723	9,352	11,598	2,078	3,060	2,821	6,943	5,601
14 Sorva	1,465	1,235	1,909	1,530	2,371	2,709	1,252	1,697
15 Timbo	5	1	3	7	6	0	0	0
16 Ucuuba	13	10	9	9	14	0	19	43
	32,583	39,280	48,341	52,730	58,921	64,502	75,198	30,690
WOOD PRODUCTION		1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Logs		136,481	650,580	153,977	154,107	183,670	202,318	255,882
Charcoal		3,706	3,839	4,135	4,179	5,196	8,783	9,009
Firewood		294,440	366,463	31,998	32,921	38,634	40,957	38,733
		434,627	1,020,882	190,110	191,208	227,500	252,058	303,624

COMMODITY	Production in tons				Production in tons			
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
1. Acai fruits	n.a.	17,474	18,743	53,623	50,071	54,507	59,591	61,999
2. Andiroba	325	252	302	233	276	277	305	342
3. Babacu nuts	1,354	1,227	768	625	254	174	114	70
4. Balata	274	283	512	516	407	358	275	272
5. Brazil nuts	35,776	51,719	61,043	53,958	40,449	43,242	40,456	36,702
6. Caucho	162	327	319	342	1,082	994	833	989
7. Copaiba	160	23	26	37	128	33	19	36
8. Cumaru	24	13	13	34	42	41	70	89
9. Hevea latex	19,086	13,060	14,678	18,553	21,098	20,269	21,250	n.a.
9. Hevea liquid	1,027	887	1,016	991	1,062	1,288	2,571	1,168
10 Jatoba	32	33	21	38	35	23	41	43
11 Macaranduba	526	496	514	532	451	435	406	378
12 Murumuru	107	44	41	29	25	24	10	10
13 Palmito	24,342	192,182	197,671	29,780	24,625	27,120	108,759	76,597
14 Sorva	3,787	3,294	6,197	4,394	5,555	5,197	3,220	3,293
15 Timbo	19	6	15	41	32	30	38	46
16 Ucuuba	111	110	109	106	85	84	118	200
WOOD PRODUCTION		1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Logs		7,684,395	8,770,955	9,668,408	9,434,077	10,356,144	13,703,820	15,422,331
Charcoal		33,789	36,497	43,614	37,584	54,064	94,719	122,974
Firewood		16,333,375	16,620,382	16,096,059	14,951,944	16,251,341	18,472,891	18,085,735

1= Euterpe oleraceae, 2=Carapa guianensis, 3= Orbynea speciosa,
 4= Manilkara bidentata, 5=Castilloa ulei, 6=Copaifera multyuga,
 7= Dipteryx oderata, 8=Hevea brasiliensis, 9=Hymenea coubaril,
 10=Manilkara huberi, 11=Astrocaryum murumuru, 12=Euterpe edulis,
 13=Coama utilis, 14=various lianas, 15= Virola sp.
 16=Bertholetia excelsa.

Source: Anuario Estatística do Brasil, 1977, 1978, 1979, 1982, 1983

(C Hecht, in press)

PRODUÇÃO VEGETAL - EXTRAÇÃO VEGETAL

Produção extrativa vegetal, segundo os principais produtos e Unidades da Federação, da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste - 1980 - 1982

Unidades da Federação	P R O D U Ç Ã O					
	Quantidade (T)			Valor (milhões)		
	1980	1981	1982	1980	1981	1982
<u>1. AÇAÍ (fruto)</u>						
BRASIL	59.591	61.999	84.686	517	754	3.016
. Rondônia	26	22	35	0	1	3
. Acre	236	258	123	0	1	1
. Pará	54.445	53.393	76.445	496	682	2.863
. Amapá	304	3.731	4.268	1	29	81
. Maranhão	4.581	4.493	3.815	20	35	68
<u>2. ANDIROBA (amêndoa)</u>						
BRASIL	305	342	334	1	4	5
. Pará	141	156	140	1	2	2
. Maranhão	164	187	194	0	2	2
<u>3. ANGICO (Casca)</u>						
BRASIL	3.362	2.901	2.460	13	21	31
. Maranhão	138	93	64	0	0	1
<u>4. BABAÇÓ (amêndoa)</u>						
BRASIL	250.951	241.808	221.879	3.938	6.686	14.773
. Pará	114	70	48	2	2	3
. Maranhão	183.455	181.253	159.210	2.814	4.927	11.176
<u>5. BALATA (goma)</u>						
BRASIL	275	272	216	14	22	45
. Amazonas	3	3	1	0	0	0
. Pará	272	270	215	14	22	45
<u>6. BURITI (fibra)</u>						
BRASIL	614	519	1.277	29	47	105
. Pará	59	60	862	1	3	21
. Maranhão	536	436	402	28	43	83
<u>7. CARNAÚBA (cêra)</u>						
BRASIL	18.857	11.581	11.321	1.070	1.264	2.121
. Maranhão	694	80	101	37	8	18

PRODUÇÃO VEGETAL - EXTRATIVISMO

- 82

Unidades da Federação	P R O D U Ç Ã O					
	Quantidade (t)			Valor (milhões)		
	1980	1981	1982	1980	1981	1982
<u>8. CARNAÚBA (pó)</u>						
BRASIL	0	18.343	11.722	0	500	1.040
. Maranhão	0	602	524	0	54	84
<u>9. CASTANHA CAJÚ</u>						
BRASIL	18.387	18.340	16.865	759	945	1.204
. Maranhão	606	196	180	19	7	11
<u>10. CASTANHA PARÁ</u>						
BRASIL	40.456	36.702	36.849	673	1.080	2.655
. Rondônia	1.201	784	833	20	26	88
. Acre	6.624	7.181	8.328	70	131	308
. Amazonas	8.811	6.410	11.774	163	163	860
. Roraima	244	55	84	3	1	4
. Pará	22.611	21.357	14.681	409	729	1.336
. Amapá	965	600	720	8	11	22
. Mato Grosso	1	315	430	0	19	37
<u>11. CAUCHO (látex coagulado)</u>						
BRASIL	833	989	914	59	145	236
. Rondônia	833	989	914	59	145	236
<u>12. CIPÓ IMBÉ (folha)</u>						
BRASIL	68	57	50	1	1	2
. Pará	0	6	6	0	0	0
. Mato Grosso	2	1	1	0	0	0
<u>13. COPAÍBA (óleo)</u>						
BRASIL	19	36	68	1	10	22
. Acre	0	0	0	0	0	0
. Amazonas	19	32	63	1	8	20
<u>14. CUMARÚ (amêndoa)</u>						
BRASIL	70	89	48	15	28	17
. Amazonas	1	16	0	0	8	0
. Pará	69	73	48	15	20	17

PRODUÇÃO VEGETAL - EXTRATIVISMO

Unidades da Federação	P R O D U Ç Ã O					
	Quantidade (t)			Valor (milhões)		
	1980	1981	1982	1980	1981	1982
	<u>15. GUAXIMA (fibra)</u>					
BRASIL	28	20	10	0	0	0
. Pará	18	10	0	0	0	0
	<u>16. HEVEA (látex coagulado)</u>					
BRASIL	21.250	0	26.191	2.079	0	9.386
. Rondônia	2.016	3.119	4.117	188	629	1.454
. Acre	11.367	12.857	13.232	1.222	2.140	4.474
. Amazonas	5.854	0	6.219	549	0	2.799
. Pará	1.702	1.588	2.195	95	154	529
. Amapá	42	12	8	2	1	2
. Mato Grosso	269	314	360	23	57	128
	<u>17. HEVEA (látex líquido)</u>					
BRASIL	2.571	1.168	1.005	155	99	181
. Amazonas	696	0	0	78	0	0
. Pará	1.668	1.038	905	68	88	169
. Amapá	207	130	100	9	11	12
	<u>18. IPECUANHA OU POAIA (raiz)</u>					
BRASIL	14	20	31	2	5	33
. Mato Grosso	6	10	21	2	5	32
	<u>19. JABORANDÍ (folha)</u>					
BRASIL	2.084	2.085	1.940	44	73	132
. Maranhão	1.939	1.961	1.825	41	68	124
	<u>20. JATUBÁ ou JUTAICICA (resina)</u>					
BRASIL	41	43	39	2	2	3
. Pará	32	35	35	2	2	2
. Maranhão	5	5	2	0	0	0
	<u>21. LICURI ou OURICURI (coquinho)</u>					
BRASIL	7.730	10.230	11.067	93	196	392
. Acre	964	3.299	4.179	0	2	4

PRODUÇÃO VEGETAL - EXTRATIVISMO

- 84

Unidades da Federação	P R O D U Ç Ã O					
	Quantidade (t)			Valor (milhões)		
	1980	1981	1982	1980	1981	1982
	<u>22. MACAÚBA (amêndoa)</u>					
BRASIL	195	244	221	1	2	3
. Maranhão	15	11	13	0	0	1
	<u>23. MACARANDUBA (goma)</u>					
BRASIL	406	378	426	13	21	52
. Amazonas	2	3	0	0	0	0
. Pará	404	370	426	13	21	52
	<u>24. MALVA (fibra)</u>					
BRASIL	10	65	79	0	2	5
. Pará	10	65	79	0	2	5
	<u>25. MANGABA (fruto)</u>					
BRASIL	1.337	1.260	957	12	19	26
. Pará	12	10	4	0	0	0
. Maranhão	1	2	2	0	0	0
. Mato Grosso	2	1	1	0	0	0
	<u>26. MANGUE (casca, folha e lenho)</u>					
BRASIL	91	88	51	0	1	1
. Pará	29	30	27	0	0	1
. Maranhão	51	52	20	0	1	0
	<u>27. MURUMURU (semente)</u>					
BRASIL	10	10	0	0	0	0
. Pará	10	10	0	0	0	0
	<u>28. PALMITO</u>					
BRASIL	114.408	90.540	99.705	442	769	1.469
. Pará	108.759	76.597	92.804	366	529	1.131
. Amapá	1.366	6.020	2.280	6	48	123
. Mato Grosso	9	9	3	0	0	0
	<u>29. PEQUIZEIRO (amêndoa)</u>					
BRASIL	618	577	846	6	9	28
. Mato Grosso	30	28	28	1	1	1

PRODUÇÃO VEGETAL - EXTRATIVISMO

Unidades da Federação	P R O D U Ç Ã O					
	Quantidade (t)			Valor (milhões)		
	1980	1981	1982	1980	1981	1982
	<u>30. PIAÇAVA (fibra)</u>					
BRASIL	55.939	56.614	58.089	829	1.611	2.766
. Amazonas	844	686	38	15	27	3
	<u>31. SORVA (goma)</u>					
BRASIL	3.220	3.293	5.461	66	158	574
. Amazonas	2.903	2.963	5.128	59	143	545
	<u>32. TIMBÓ (raiz)</u>					
BRASIL	38	46	68	0	0	2
. Pará	38	46	68	0	0	2
	<u>33. TUCUM (amêndoa)</u>					
BRASIL	8.381	7.116	6.137	99	134	272
. Maranhão	2.339	2.172	1.815	23	36	66
	<u>34. TUCUM (fibra)</u>					
BRASIL	102	117	116	3	6	9
. Acre	0	0	0	0	0	0
. Maranhão	20	21	17	0	2	1
	<u>35. UCUQUIRANA ou COQUIRANA (goma)</u>					
BRASIL	8	0	0	0	0	0
. Amazonas	8	0	0	0	0	0
	<u>36. UCUUBA (amêndoa)</u>					
BRASIL	118	200	165	1	4	8
. Amapá	3	5	0	0	0	0
. Pará	115	195	165	1	4	8
	<u>37. URUCU (fruto)</u>					
BRASIL	559	917	952	19	70	115
. Pará	18	22	35	0	1	2